

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS
NÍVEL MESTRADO**

MARINA CAETANO

**COLETORAS DE MATERIAIS:
uma nova perspectiva de renda a partir da ressignificação do material**

SÃO LEOPOLDO

2015

Marina Caetano

COLETORAS DE MATERIAIS:

uma nova perspectiva de renda a partir da resignificação do material

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Orientação: Prof. Dr. José Rogério Lopes

São Leopoldo

2015

Ficha Catalográfica

C128c Caetano, Marina.

Coletoras de materiais: uma nova perspectiva de renda a partir da ressignificação do material / por Marina Caetano. – 2015.

110 f. : il. ; 30cm.

“Orientação: Prof. Dr. José Rogério Lopes, Ciências Humanas”.

Dissertação (mestrado) — Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, São Leopoldo, RS, 2015.

1. Catadores de materiais. 2. Aspecto social. 3. Ressignificação. 4. Política social. II. Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. III. Título.

CDU 334.4:628.477.6

Catálogo na Publicação:
Bibliotecária Camila Quaresma Martins - CRB 10/1790

Marina Caetano

COLETORAS DE MATERIAIS:

uma nova perspectiva de renda a partir da ressignificação do material

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais, pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS.

Aprovado em 27 de fevereiro de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.^a Laura Lopez
PPG Ciências Sociais/UNISINOS

Prof. Dr. Régis de Toledo Souza
Universidade de Taubaté/SP

AGRADECIMENTOS

Inicialmente agradeço a Deus pela benção da vida, proporcionando-me saúde com integridade mental e física para alcançar meus objetivos;

Às coletoras que se dispuseram a colaborar com minha pesquisa de campo, bem como com a dissertação de mestrado. Nelas pude compreender melhor o significado do que é lixo e do que não é lixo, visualizando um novo modo de vida;

Agradeço a minha família, especialmente a minha mãe Marli, ao companheiro Luis Carlos e aos afilhados e afilhada, além dos amigos mais próximos, pelos momentos que deixei de conviver e brincar por precisar dedicar-me aos estudos;

Às colegas de trabalho Simone Negreiros, Raquel Silvestrin, Margarete Farias, Luisa Aita, Fabiane Ribeiro, Graziela Aquino e Fernanda Martins, sempre me apoiando nesta caminhada para conquistar topos mais altos;

À inesquecível Professora Dr.^a, colega e amiga, Sonia Maria Almeida, sempre presente, visualizando em mim grande potencial docente e atuação na área social, me impulsionando cada vez mais para novos desafios;

À querida amiga e companheira desta trajetória Valdirene Sampaio, muito obrigada pela nossa amizade;

Ao querido Professor Dr. José Luiz Bica de Mélo, primeiro professor com quem tive contato na Unisinos, o qual sempre me acolheu com dedicação e carinho, muito obrigada;

À Professora Dr.^a Laura Cecília Lopez, por aceitar o convite da banca e marcar este momento em minha carreira acadêmica;

Ao querido Professor Dr. Solon Eduardo Viola, o qual com sua incrível pedagogia da paciência fez de todas suas aulas momentos de aprendizado sereno e divertido. Sua sabedoria será inesquecível para mim;

À atenção recebida pela Secretaria do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, especialmente na pessoa de Maristela Simon, sempre disponível a auxiliar os alunos com as atividades pertinentes aos estudos;

E ao querido Professor Dr. José Rogério Lopes, sempre paciente e firme com seus ensinamentos ao logo deste trabalho de mestrado. Agradeço imensamente sua atenção para comigo.

RESUMO

Na presente dissertação de mestrado apresentamos, no primeiro capítulo, um rápido cenário no qual o estudo perpassa, justificando de forma social e científica a importância desta realização, que se deu a partir de estudos anteriormente realizados na graduação e especialização, além de demais justificativas relevantes. No segundo capítulo apresentamos como objetivo geral: analisar a ressignificação que as coletoras projetam nos materiais coletados, relacionando com a renda gerada por esta atividade. A pesquisa realizou-se no município de Gravataí/RS, cidade onde há relação de trabalho formal por parte da pesquisadora. Abordaremos ainda neste item, questões metodológicas, sendo esta pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica e, como coleta de dados, foi utilizada a observação participante e entrevistas com questões abertas feitas para cinco mulheres coletoras, formando assim o universo de pesquisa. No terceiro capítulo fizemos uma revisão sobre a profissão dos coletores de materiais, discutimos sobre sua importância na sociedade, estando imersos na questão social, servindo muitas vezes como força de trabalho barata. Apresentamos um breve panorama brasileiro e regional sobre a atividade de coleta em si, sobre a gestão de resíduos sólidos, reciclagem e aterros sanitários. Ainda no terceiro capítulo, versamos sobre a facilidade de consumo no mundo modernizado em que vivemos com as comodidades criadas para que determinadas classes sociais adquiram mercadorias, bens, objetos e coisas, considerando seu caráter terminal. As políticas públicas também transitam por esta dissertação, sendo elas divididas em quatro tipos: distributivas, regulatórias, redistributivas e constitutivas. O foco foi nas redistributivas, sendo representadas pelas políticas sociais, principalmente a de assistência social. No quarto capítulo apresentamos a vivência do trabalho das mulheres coletoras de materiais, ressaltando as dificuldades individuais das trajetórias de vida, bem como um debate sobre o significado do material que coletam. E no último capítulo debatemos alguns arranjos conclusivos com desdobramentos reflexivos sobre a vulnerabilidade social e econômica na América Latina. Além de tratarmos sobre a construção da rede social que é uma importante e fácil via de acesso às políticas.

Palavras-chave: Ressignificação. Coletoras de materiais. Política Social.

ABSTRACT

At the very beginning of this master's dissertation we raise, right in the first chapter, a quick scenery in which the present study permeates, justifying socially and scientifically the importance of it based on previous studies made during graduation and specialization as well as other relevant justifications. On the second chapter we present as the general goal: to analyze the reframing that the collectors project on the collected material, matching the income generated by such activity. The research took place in Gravataí/RS, in which city the researcher has formal labor. We will also show on this item some methodological issues. The research universe consists on a qualitative research based on ethnographic approach as well as data collection made through observation and interviews with open questions to five collector women. On the third chapter we made a summary about the profession of the material collectors focusing on their importance in our society, being immersed in the social issue and also being considered as cheap work force. A brief view on the national and regional situation of the collection activity itself about the solid residual management, recycling and landfills is also presented. Also, on the third chapter we approach the consumption ease in the modernized world we live in with the facilities created so as certain social classes get purchases, goods, objects and things, considering their terminal character. The public policies also pervade this dissertation and they are divided into four categories: distributive, regulatory, redistributive and constitutive. The focus here was on the redistributive one being represented by the social policy, that is, the social assistance. On the fourth chapter we present the collector women work highlighting their individual struggle in life as well as a debate about the meaning of the material they collect. The final chapter consists of a debate on some conclusive arrangements with reflexive unfolding about the social and economic vulnerability of the Latin America. It also consists of understanding that the social policy must consider the collectors lives as the active constructions of the material reframing.

Key-words: Reframing. Material collectors. Social Policies.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Políticas Públicas	38
Figura 2 – Perspectivas de análise das políticas sociais.....	45
Figura 3 – Estado e a questão social	47
Figura 4 – Órbita das variáveis de consumo	59
Figura 5 - Notebook infantil	63
Figura 6 - Pátio com material para ser classificado.....	65
Figura 7 - Par de tênis infantil que será doado ao neto da coletora	69
Figura 8 - Cortina que será utilizada na casa da coletora	69
Figura 9 - Carretinha cheia de materiais coletados no trajeto	71
Figura 10 - Cerda de vassoura que irá reaproveitar	73
Figura 11 - Chegada em casa com material coletado	75
Figura 12 - Pátio com material espalhado, antes da classificação	77
Figura 13 - Pátio com material espalhado, antes da classificação	77
Figura 14 - Hélice de um ventilador que será reutilizada pelo casal coletor.....	79

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Classificação Brasileira de Ocupações	23
Quadro 2 – Material Para Venda e Preços.....	68
Quadro 3 – Material De Uso Próprio	68
Quadro 4 – Comparativo	81
Quadro 5 – Qual é o Significado do Material Coletado	82

LISTA DE SIGLAS

CBO – Classificação Brasileira de Ocupações

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana

MDS – Ministério do desenvolvimento Social e Combate a Fome

PNAS – Política Nacional de Assistência Social

PNRS – Política Nacional de Resíduos Sólidos

SMFCAS – Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social

SMSU – Secretaria Municipal de Serviços Urbanos

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA TEMÁTICA.....	12
1.1 Objeto da Pesquisa	14
1.2 Justificativa Social e Científica	14
1.3 Objetivos e metodologia.....	15
2 A QUESTÃO SOCIAL E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DAS COLETORAS.....	22
2.1 A Atividade de Coleta: breve panorama brasileiro e regional.....	28
2.2 O Consumo Excessivo: transformações sociais e tecnológicas e sua relação com as coletoras de materiais.....	31
2.3 As Políticas Públicas e Sua Interface com as Coletoras	36
2.3.1 O que são políticas públicas? Conceitos e debates	36
2.3.2 Política social: trajetória, desdobramentos e a limitação do problema de pesquisa.....	40
3 RESSIGNIFICAÇÃO DO MATERIAL: NECESSIDADE HUMANA OU DO MERCADO DE CONSUMO?	51
3.1 O Empirismo Retratado Pelas Coletoras de Materiais de Gravataí/RS: aspectos relevantes para discussão	60
4 ARRANJOS CONCLUSIVOS	84
4.1 América Latina: vulnerabilidades, desafios e possibilidades.....	84
4.2 As Redes e os Atores Sociais: usos individuais e coletivos e as coletoras de materiais	86
REFERÊNCIAS.....	92
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	97
ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA.....	99
ANEXO C – QUADROS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS.....	100

1 INTRODUÇÃO E PROBLEMATIZAÇÃO DA TEMÁTICA

A presente dissertação de mestrado tem relação inicialmente com o desdobramento de reflexões oriundas do trabalho de conclusão realizado na graduação em Serviço Social da Universidade do Vale do Rio dos Sinos - UNISINOS/RS, em 2009. Através do vínculo de estágio, o trabalho realizado no município de Montenegro/RS teve como tema a precarização do trabalho das famílias catadoras de materiais recicláveis e o significado que essa forma de trabalho assume para elas. Nessa pesquisa, foi possível verificarmos a precarização do trabalho que essas famílias sofrem, bem como a vulnerabilidade social em que vivem. Procuramos mostrar o profissional assistente social muito próximo a essa realidade, vinculando sua teoria e prática com a constante busca por melhorias na qualidade do trabalho dessas famílias e, conseqüentemente, por melhorias na qualidade de vida social de cada uma delas, possibilitando uma reflexão conjunta entre as famílias, ao mesmo tempo em que se visualiza enquanto categoria profissional capacitada para mobilização social.

Como segunda vinculação a esta dissertação mencionamos o trabalho de conclusão de curso em Pós-graduação Lato Sensu, da Especialização Gestão do Social, realizado na UNISINOS, em formato de monografia, desenvolvido em 2012. Nesse trabalho analisamos de que forma ocorre o processo de trabalho do assistente social enquanto coordenação técnica nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), no município de Gravataí/RS, espaço no qual a relação é de vínculo empregatício. O trabalho se deu de forma indireta com as famílias que usufruem dos serviços oferecidos por esse espaço público.

Já a presente dissertação de mestrado em Ciências Sociais busca estudarmos as relações entre grupos em situações de vulnerabilidade e a política social, através da perspectiva da vivência de mulheres coletoras¹ de materiais e a interface com a política de assistência social. A aproximação com estas mulheres se deu através da referência de atendimento que as usuárias já possuem no CRAS, momento em que podemos constituir uma relação de confiança com as mesmas,

¹ No caso desta dissertação a opção pelo foco nas mulheres ou nas famílias não inibiria a constatação de que no universo pesquisado essas duas categorias convergem para uma mesma atividade. Nesse sentido, reconhecendo que as mulheres que participaram dessa pesquisa são provedoras de suas famílias, optamos por identificá-las como coletoras.

bem como a aproximação das atividades que realizam como coletoras de materiais, meio pelo qual provem o sustento familiar.

Pretendemos, também, adensar no campo dos materiais, podendo ser estes: mercadorias, coisas, objetos, etc. O debate acerca destes materiais será estudado a partir de autores como Igor Kopytoff, Mary Douglas e Baron Isherwood, para haver um aporte teórico a fim de identificarmos o significado que as coletoras de materiais projetam nestes.

Dialogar sobre as desigualdades sociais, como um problema não apenas de caráter social, está presente neste trabalho. Na sociedade há inúmeras famílias que se encontram em situação de extrema vulnerabilidade social e econômica, as quais se mantêm economicamente da coleta de materiais, buscando nas ruas, nos lixões, nos entulhos, meios rentáveis para manter a família. A falta de trabalho e escolaridade por parte de alguns trabalhadores obriga-os à submissão de precárias condições de trabalho, sendo a coleta um componente desta esfera de atividade mercantil. Para proporcionar maior esclarecimento sobre este tema, Alejandra Pastorini destaca seus apontamentos referindo-se à questão social, ao Estado, ao capitalismo e às políticas sociais, entrelaçando estas esferas como, por exemplo, a exploração do sistema capitalista de produção, gerador de mão de obra barata e por vezes excludente, analisa ainda a intervenção do Estado questionando sua tutela.

Vivemos em uma sociedade com resquícios de um tempo em que a renda passou a ser dominada por um sistema capitalista de produção, havendo o consumo excessivo de produtos descartáveis, tornando-se uma engrenagem fundamental para o descarte e coleta de materiais. Assunto que David Harvey debaterá nos capítulos a seguir, destacando momentos marcantes do século XX que contribuíram para o desenvolvimento de novos hábitos da sociedade, como a nova forma de consumo.

Vale ressaltarmos que ao abordar famílias, temos a compreensão que a ação das mulheres orienta o sustento das famílias, sendo elas chefes e mantenedoras do lar. Por isso, Martins (2003, p. 70) ressalta que,

O aumento da vulnerabilidade social da classe trabalhadora atinge, pois, principalmente as mulheres e crianças, ou seja, aqueles grupos familiares nos quais a mulher é a principal ou única provedora, não havendo um adulto do sexo masculino que compartilhe a responsabilidade pela subsistência da família.

A visão acima se complementa com a análise de Beck (2000, apud MARTINS, 2003, p. 42), a partir da visão da sociedade global de risco, na qual afirma que “[...] a situação de intensa flexibilização e precariedade do trabalho na sociedade contemporânea [...] tem afetado principalmente as mulheres trabalhadoras”.

Para definirmos a interface com a segurança social de renda vale destacarmos que esta está preconizada pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS), sendo vinculada a garantia de uma política social frente às demandas da sociedade.

1.1 Objeto da Pesquisa

A presente dissertação de mestrado tem como propósito o estudo da relação entre a ressignificação dos materiais coletados por mulheres coletoras, considerando o alcance da renda gerada por essa atividade.

1.2 Justificativa Social e Científica

Pretendemos analisar a ressignificação que as coletoras realizam sobre os materiais coletados, relacionando-os com a política social, sendo este processo parte relevante de um estudo da sociedade, podendo trazer maiores conhecimentos acerca de um melhor desenvolvimento societário, justificando, assim, a importância social deste projeto.

Ao escolher o tema da dissertação, buscamos compreender em que medida o trabalho profissional, na política de assistência social, identifica-se com a preocupação ambiental e como a atuação profissional se configura em torno das questões decorrentes dessa preocupação.

Como justificativas sociais importantes para embasar esta dissertação de mestrado, ressaltamos as produções anteriormente citadas referentes ao trabalho de conclusão de curso e a monografia, ambas relacionadas com usuárias da política de assistência social.

Além das justificativas sociais, salientamos a justificativa científica, como sendo esta pesquisa de valor acadêmico para área das Ciências Sociais, não apenas no que compete compreender e analisar a ressignificação do material

realizado por parte das coletoras, bem como o alcance da política de assistência social.

1.3 Objetivos e metodologia

Considerando o objetivo inicial desse estudo, que é analisar a ressignificação que as coletoras projetam nos materiais coletados, relacionando com a renda gerada por esta atividade, procuramos: identificar as condições e modos de sobrevivência das trabalhadoras e suas famílias e os significados atribuídos ao material por parte das coletoras; discriminar a influência da renda (como condição material) e a ressignificação do material (como condição simbólica) no processo de autonomia dos sujeitos; e analisar os serviços ofertados pelo CRAS, relacionando a segurança social de renda para com as coletoras de materiais. Nesse sentido a presente dissertação de mestrado realizou uma pesquisa qualitativa de abordagem etnográfica. Reconhecemos como etnográfica, pois teve como universo de pesquisa um pequeno grupo de pessoas, as quais foram observadas no seu cotidiano, tendo em vista a importância de identificar e analisar os dados com detalhes. A pesquisa focou-se nas coletoras de materiais que recebem o benefício do Programa Bolsa Família (PBF), ou seja, famílias que estão em situação de pobreza e extrema pobreza, tendo uma per capita de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro) reais mensais.

Segundo Angrosino (2009) os etnógrafos coletam dados da vida dos grupos que estudam, sendo a pesquisa etnográfica “[...] a arte e a ciência de descrever um grupo humano – suas instituições, seus comportamentos interpessoais, suas produções materiais e suas crenças.” (2009, p. 30). Para Magnani (2002, apud MAGNANI, 2009) a etnografia se propõe a realizar um movimento duplo, um olhar que seja de perto e de dentro das fronteiras; estuda, neste caso, a cidade, local onde se dão as relações sociais realizadas pelos atores sociais.

Assim, identificamos como necessária a utilização da pesquisa qualitativa, visto a importância do relato das famílias, sendo ideal para analisarmos respostas subjetivas, bem como entender as experiências de vida das pesquisadas. Para Goldenberg a pesquisa qualitativa apresenta dados qualitativos que “[...] consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos.” (2001, p. 53).

Percebemos que a pesquisa qualitativa permite um olhar atento aos contextos, situações e relações a ser exploradas e estudadas, tendo o pesquisador o ofício de aprofundar tais processos em termos de conhecimento científico. Tais situações podem ser representadas pelo cotidiano de atores sociais, conforme aborda Deslauriers e Kerisit (2012) como situações de organizações empresariais e sala de aula.

Em meio ao estudo, procuramos utilizar como técnicas de coleta de dados a pesquisa bibliográfica documental, com os seguintes materiais: Política Nacional de Assistência Social (PNAS); Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS); e documentos da Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social (SMFCAS). Também utilizamos como coleta de dados a observação participante; o diário de campo; bem como entrevistas com questões abertas.

Segundo Angrosino (2009) a observação participante é o próprio pesquisador interagindo diretamente com as pessoas estudadas. Optamos pela observação participante como coleta de dados desta pesquisa, pois sabemos de sua relevância enquanto identificação e compreensão da realidade social, pesquisado com as coletoras de materiais. Logo, a observação deu-se no trajeto percorrido pela pesquisadora juntamente com as cinco coletoras e concomitantemente realizamos as entrevistas com as mesmas (vale ressaltarmos que apenas uma entrevista se deu na casa de uma das entrevistadas, considerando inviáveis as condições climáticas e problemas de saúde).

A entrevista é um método fundamental para compreender a experiência de vida dos grupos estudados, é um instrumento que permite esclarecer o comportamento dos próprios atores que conduzem suas ações, sendo a partir daí interpretado pelo pesquisador. (DESLAURIERS; KERISIT, 2012).

Para Sáez (2013, p. 42) a etnografia é uma operação que compreende vários elementos “[...] que na sua observação participante, nas suas entrevistas ou no diálogo entre o antropólogo e o nativo leva embutidas as teorias, as hipóteses, as interpretações.”.

Conforme dissemos, a produção de dados foi realizada a partir da observação participante da vivência cotidiana das mulheres coletoras; da utilização do diário de campo; de entrevistas semiestruturadas, bem como da produção discursiva junto às mesmas mulheres (ANEXO A). Foi solicitada a elas a ciência de suas participações

através do termo de compromisso, o qual manifesta a participação das mesmas de forma a contribuir com a área de Ciências Sociais (ANEXO B).

Segundo Sáez (2013) o diário de campo não deve ser apenas escrito pelo pesquisador, mas sim relido sempre, na medida em que a observação participante exija.

Para tratamento analítico de dados utilizamos a análise de conteúdo e a análise de discurso. Para Gomes (1979, p. 15) a análise de conteúdo “[...] é mais eficaz para descobrir as opiniões e as representações de uma população que as escalas de atitude, influenciadas pelas opiniões e as representações do mesmo pesquisador.” Na análise de conteúdo a coleta de dados se dá de forma que os dados possam ser analisados inúmeras vezes, facilitando a compreensão dos resultados. Os resultados para análise de conteúdo possuem normalmente um texto como formato a ser analisado, o que também possibilita a fácil compreensão das respostas. (GOMES, 1979).

Para Bauer e Gaskell (2008) na análise de discurso há quatro temas principais a serem pensados “[...] uma preocupação com o discurso em si mesmo; uma visão da linguagem como construtiva (criadora) e construída; uma ênfase no discurso como forma de ação; e uma convicção na organização retórica do discurso.” (2008, p. 247). Para estes autores a análise de discurso é o nome dado a uma série de distintos enfoques no estudo de textos, ou seja, existem diversos estilos de analisar textos.

A análise de discurso foi trabalhada nesta dissertação a partir da apresentação de si, ou seja, o locutor não precisa mostrar sua imagem para o outro, pois a mesma já está subentendida. A construção da imagem de si é o *ethos* que tem como objetivo garantir a fala. Conforme Amossy (2005) a primeira vez que houve interação do termo *ethos* com as ciências da linguagem foi “[...] na teoria polifônica da enunciação de Oswald Ducrot, ou seja, em uma pragmática semântica.” (AMOSSY, 2005, p. 14). A autora (2005) afirma que esta teoria impulsiona a fala como forma de ação para influenciar o outro.

Para Amossy (2005) o *ethos* não está apenas relacionado à confiabilidade dos envolvidos, mas sim mostra a imagem de si que cada personagem cria, não só para o discurso breve, mas também para o sujeito que está envolvido na leitura. Já para Halsall (1988, apud AMOSSY, 2005) existe uma relação de confiança entre os

protagonistas que deve ser cuidadosamente trabalhada, tendo em vista que pode haver enganos por parte do narrador.

Enquanto dimensão sociológica o *ethos* é trabalhado por Pierre Bourdieu (apud AMOSSY, 2005), quando o autor estuda a noção de campo. O *ethos* é o “[...] conjunto de princípios interiorizados que guiam nossa conduta de forma inconsciente; [...]”. (AMOSSY, 2005, p. 26).

Ainda como aprofundamento metodológico, estudamos o trabalho realizado por Achutti (1997) ocorrido na chamada Vila Dique em Porto Alegre/ RS, no qual o lixo era seu principal objeto de estudo e as mulheres protagonistas deste processo. O estudo está na linha acadêmica de Antropologia Visual e segue uma pesquisa fotoetnográfica, que pretendeu demonstrar, não apenas na escrita, mas nas imagens a situação social dessas mulheres.

O autor (1997) acredita que a fotografia seja um instrumento de importância fundamental para análise de seu estudo, sendo então a técnica fotográfica responsável pela exibição de imagens dos fatos sociais reais. Achutti (1997) ressalta a importância de abordar e mostrar as comunidades populares urbanas que vivem do descarte de uma parcela da sociedade, a mesma que muitas vezes não tem o menor interesse de conhecer a realidade, pois “[...] no lixo não encontramos mais o fim da linha ou fim da cadeia de consumo, encontraremos o fim do desperdício, as modernas soluções para a preservação do meio ambiente, encontraremos uma verdadeira usina de produção de matéria-prima.” (ACHUTTI, 1997, p. 12).

Segundo Wrigth (1992, apud ACHUTTI, 1997, p. 22) “[...] ‘para uma antropologia profundamente enraizada nas idéias positivistas, a fotografia ofereceu-se como uma tentadora proposição: uma organização e análise sistemáticas, a serviço da investigação científica’”.

A fotografia teve início no século XIX, a primeira foi tirada em um quarto, no ano de 1826, mas foi divulgada precisamente no ano de 1839, em Paris, ainda em formas de retratos pintados a óleo. Com o passar dos anos foi expandindo-se no mundo de tal forma que está presente nas pesquisas científicas até hoje. Evolui de maneira a perpassar por inúmeros caminhos, como fotojornalismo, fotografia da documentação social e fotoetnografia, sendo essa vinculada a antropologia visual (ACHUTTI, 1997), que por vez está presente nesta dissertação de mestrado a fim de mostrar a realidade dos fatos sociais, através de algumas fotografias realizadas com as mulheres do estudo.

Para isso é importante que o olhar do antropólogo seja treinado para não ser individual e sim ter um olhar social e coletivo. A fotografia possibilitou a reeducação do olhar.

O ofício da antropologia é procurar entrar em 'cavernas alheias' e lá buscar, nas formas aparentemente evidentes do comportamento do 'outro', as razões profundas determinantes da diferença. É através do domínio de diferentes códigos simbólicos que o antropólogo poderá melhor conhecer e interpretar o seu próprio, a fim de prosseguir na tarefa de compreender como um dado grupo social, numa dada época, vê e simboliza o mundo. (ACHUTTI, 1997, p. 43).

Identificamos que esta passagem está relacionada com o trabalho de pesquisa realizado com as coletoras de materiais, buscando através de uma perspectiva metodológica olhar e compreendermos a realidade em que vivem, bem como a ressignificação que dão ao material que coletam.

Para Kossoy (1993, apud ACHUTTI, 1997) a fotografia não é uma cópia da realidade, mas sim uma realidade encontrada no seu segundo nível, e conseqüentemente a um terceiro nível sendo levado pelo pensamento de quem observa a fotografia. Já para Canclini (1985, apud ACHUTTI, 1997) o ato de fotografar é registrar momentos retirados da história que se encontra em fase transitória e convertê-los em momentos essenciais.

Conforme Achutti (1997, p. 65) a fotografia é importante para registrar “[...] elementos da cultura material e padrão tecnológico de determinada comunidade.” Esta citação aproxima-se da pesquisa, ao detalhar nas imagens tiradas a possibilidade de identificarmos quais materiais são descartados por diferentes lugares do município de Gravataí/RS, por onde perpassam as coletoras. Para Leal (1986, apud ACHUTTI, 1997, p. XXIII)

A fotografia é um aprendizado de observação paciente, de elaboração minuciosa de diferentes estratégias de aproximação com o objeto, de desenvolvimento de uma percepção seletiva, de uma vigilância constante e de prontidão para captar o acontecimento no momento do acontecimento [...].

Através das fotografias, Achutti (1997) quer mostrar rostos, olhares, formas, texturas, planos, cores, etc., que representam inúmeras culturas, que unidas formam uma nova cultura local.

Ressaltamos a percepção de que as fotografias apresentadas pelo autor (1997) são formas de demonstrar a vida e o cotidiano de trabalhadoras que vivem no

meio do lixo transformando esses materiais em novas formas de consumo para outra classe social encontrada na mesma sociedade que os descartou. As fotografias apresentam de forma real o manuseio com o material que trabalham, recolocando-os em novos níveis de consumo. As fotografias também mostram a realidade das crianças e idosos que vivem na vila. As crianças por sua vez demonstram as formas de brincadeiras utilizadas a partir de brinquedos feitos de forma improvisada, como armas; e os idosos apresentam, através de sua fisionomia, marcas dos anos de experiência de vida.

Através de uma das fotos, identificamos a tentativa e a esperança de funcionamento de uma boneca por parte de uma das mulheres do galpão da Vila Dique, o que relacionamos com a imediata utilização de batons encontrados em uma sacola, na qual uma das mulheres coletoras da pesquisa estava mexendo. Percebemos a importância dada ao material encontrado por parte das mulheres, isso quando o mesmo apresenta a elas possibilidade de reutilização. Identificamos isso ao realizarmos uma observação participante previamente à banca de qualificação na qual esta dissertação foi submetida, em maio de 2014, onde verificamos que a Sr.^a Carmem, coletora pesquisada, apanhou, durante a jornada de coleta, vários materiais, reaproveitando-os, como, por exemplo: chinelo, toalha de louça, fonte de água (enfeite), tábua de carne, martelo, esponja de banho, argila, batons, aipim e toalha de banho. Na sequência deste trabalho serão apresentadas as demais observações.

Para disseminação dos resultados os mesmos serão apresentados através da dissertação de mestrado, de possíveis eventos relacionados ao tema da pesquisa, bem como a publicação de um artigo.

Conforme abordado brevemente, a pesquisa realizou-se na Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social, com as usuárias referenciadas ao CRAS Barnabé, devido a pesquisadora compor o quadro técnico de servidores públicos desta esfera de governo e atuar profissional e especificamente neste Centro.

Esta pesquisa é novidade para Secretaria, não havendo material anteriormente analisado e produzido. A SMTCAS conta com quatro CRAS no município, localizados em territórios de extrema vulnerabilidade social.

Nos capítulos a seguir debateremos importantes assuntos dos quais a presente dissertação trata, iniciando com a origem da questão social e suas

repercussões ao longo de décadas, até vincular com a situação de vulnerabilidade social e econômica que as coletoras vivenciam. Autores como David Harvey, Alejandra Pastorini e Lucio Kowarick, auxiliaram para construção deste debate.

Ainda no terceiro capítulo será abordada a atividade de coleta realizada pelas coletoras e o consumo excessivo de mercadorias, bens e objetos por parte da sociedade em geral, além do modelo de racionalidade e o sistema capitalista de produção. Trabalharemos ainda o surgimento das políticas públicas, principalmente pela autora Celina Souza, debatendo juntamente com demais autores os modelos de políticas, citando como importante ferramenta de mobilização social como o orçamento participativo e os conselhos comunitários.

No quarto capítulo abordaremos sobre a ressignificação do material, refletindo sobre a necessidade humana das coletoras e a necessidade de um mercado de consumo. Ainda apresentaremos neste capítulo a observação participante da vivência realizada com as coletoras de materiais.

E como finalização desta dissertação, no quinto capítulo, apresentaremos reflexões conclusivas sobre o estudo, bem como a relação com as situações de vulnerabilidades constatadas na América Latina, debate realizado pelos autores Filgueira e Peri (2004), articulando o tema com as chamadas redes individuais e coletivas das coletoras de materiais abordadas por Paulo Henrique Martins (2006, 2008), como formas de possibilidade e articulação social destas.

2 A QUESTÃO SOCIAL E A SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE DAS COLETORAS

A sociedade atual está marcada por um forte consumismo, este, por sua vez, gera descarte de materiais com muita facilidade. Tais descartes perpassam por uma cadeia de produção e reciclagem de lixo e transformam-se muitas vezes em renda através da coleta realizada pelos trabalhadores de tais materiais.

Várias famílias que estão em situação de vulnerabilidade buscam alternativas para suprir suas necessidades básicas e encontram, nas atividades que compõem o processo de reciclagem do lixo, o sustento diário. Trabalhadores que coletam materiais recicláveis estão nas ruas, nos lixões, nas cooperativas ou associações de coletores e, nessas situações diversas, buscam satisfazer as necessidades de suas famílias.

Porém, a coleta de materiais recicláveis não é fenômeno recente,

[...] o trabalho dos catadores tem seu processo histórico datado aproximadamente de 1857, século XIX, tendo como figura o homem garrafeiro. Mas, somente no ano de 2002 a ocupação de catador de materiais recicláveis foi reconhecida pela Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Reafirma-se todo processo de luta pela categoria profissional destas famílias catadoras em situação de vulnerabilidade social, em que mais de um século foi necessário para terem um mínimo de reconhecimento (GONÇALVES, 2005, apud CAETANO, 2009, p. 112).

Segundo dados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), a descrição que se dá para os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável é a seguinte:

Os trabalhadores da coleta e seleção de material reciclável são responsáveis por coletar material reciclável e reaproveitável, vender material coletado, selecionar material coletado, preparar o material para expedição, realizar manutenção do ambiente e equipamentos de trabalho, divulgar o trabalho de reciclagem, administrar o trabalho e trabalhar com segurança. (CBO, 2014).

O código de identificação destes trabalhadores é o número 5192, chamado de Trabalhadores da Coleta e Seleção de Material Reciclável:

Quadro 1 - Classificação Brasileira de Ocupações

Títulos
<p>5192-05 - Catador de material reciclável Catador de ferro-velho, Catador de papel e papelão, Catador de sucata, Catador de vasilhame, Enfardador de sucata (cooperativa)</p>
<p>5192-10 - Selecionador de material reciclável Separador de material reciclável, Separador de sucata, Triador de material reciclável, Triador de sucata</p>
<p>5192-15 - Operador de prensa de material reciclável Enfardador de material de sucata (cooperativa), Preenseiro, Prensista</p>

Fonte: CBO (2014).

Já segundo dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2011), apenas no Censo de 2010 a atividade de catador está representada como *Coletores de lixo e material reciclável, Classificadores de resíduos e Varredores e afins*.

Desde sua origem, as atividades dos coletores – dos garrafeiros, aos sucateiros e catadores – esteve vinculada ao processo de consumo e descarte de materiais gerados pela sociedade. Neste sentido, compõe uma faceta da questão social que, somente há pouco tempo, deixou de ser residual e ganhou visibilidade acentuando a visibilidade das múltiplas expressões da questão social.

A chamada questão social, como se configurou no ocidente, se constituiu inicialmente na Europa no século XIX, quando se processava um conjunto de problemáticas sociais, econômicas e políticas, que geraram o surgimento da classe operária no interior da sociedade capitalista e os processos de concentração de trabalhadores e de empobrecimento que a caracterizam. Hobsbawn (1997, apud PASTORINI, 2010) faz referência a dois momentos relacionados à origem da questão social. Entre os anos de 1789 a 1848, ocorreram duas revoluções, uma na Inglaterra (transformação industrial) e a outra na França (transformação política) (PASTORINI, 2010). A conjunção dessas transformações consolidou o sistema industrial capitalista, com seus modos de produção e as relações contraditórias de apropriação de capital sobre o trabalho humano, na forma de mercadoria, como interpreta Castel (1997). Nesse contexto, a questão social se configura como uma “[...] aporia fundamental, uma dificuldade central, a partir da qual uma sociedade se

interroga sobre sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura”. (CASTEL, 1997, p. 164).

Assim, se a concentração de trabalhadores, no início da sociedade industrial moderna, tornou a pobreza uma faceta do risco social (a hoje denominada vulnerabilidade) (KOWARICK, 2002), o desenvolvimento das relações de apropriação da mercadoria trabalho humano produziu outra faceta (a da injustiça). Dessa tensão complementar projetaram-se historicamente os processos institucionais de Estado que configurariam a chamada regulação social (HARVEY, 2002), cuja elaboração histórica mais acabada, segundo Castel (1997), seria a sociedade salarial² do século XX em sua forma europeia de *Welfare State*.

Nesse desenvolvimento da questão social, a sociedade é impulsionada a um modelo funcional do trabalho (adaptativo-integrador), de forma regular, pelas vias legais do direito, em um mercado de trabalho. Isso se convencionou chamar de trabalho formal. Porém, como o mercado de trabalho sempre foi, e é, um meio de restringir a oferta de trabalho, frente à crescente demanda do mesmo (PASTORINI, 2010), muitos setores da sociedade foram impulsionados a atividades ocupacionais nas quais o exercício do trabalho é precário, residual ou desvalorizado (o chamado mercado informal) (NORONHA, 2003)³. Essa distinção de fronteiras formais e informais ao trabalho criou zonas de reconhecimento econômico, social e, posteriormente, moral, das condições ou situações dos trabalhadores, manipuladas por mecanismos de mercado e institucionais, conhecidas como de inclusão e de exclusão. (MARTINS, 1997)⁴.

² Na análise de Castel (1997, p. 169-171), sociedade salarial é aquela formação social moderna, na qual os processos de regulação social das relações contraditórias entre capital e trabalho, acabam por transformar o trabalho em emprego, com estabilidade ou seguridade (a formação de coletivos protetores), mesmo com a reprodução de desigualdades, injustiças e exploração.

³ Noronha (2003) elabora uma discussão sobre o alcance do termo informalidade para explicar a diversidade de contratos atípicos de trabalho no mercado de trabalho brasileiro atual. Nesse sentido, elabora uma análise que considera alguns limites no entendimento da questão, em termos de antinomias estruturadas historicamente (ou o que denomina “pares contrastantes de conceitos”, p. 115): em termos econômicos, a oposição formal/informal; em termos jurídicos, a oposição legal/ilegal; no senso comum, a oposição justo/injusto.

⁴ Para Martins (1997), a díade exclusão-inclusão mantém a contradição e o conflito “[...] entre o desenvolvimento econômico e o desenvolvimento social” (1997, p. 17), nas sociedades capitalistas. Do exame das experiências práticas dos sujeitos, exclusão é “[...] apenas um *momento* da percepção que cada um e todos podem ter daquilo que concretamente se traduz em *privação* [...] em termos concretos, o que vulgarmente chamamos de pobreza” (p. 18). E aí reside uma diferença, para o autor: a pobreza, “[...] Mais que mudar de nome, mudou de forma, de âmbito e de conseqüências” (p. 18). A pobreza não se inscreve mais em uma “[...] era de possibilidades de ascensão social” (p. 22), e a privação adquiriu uma dimensão moral, além da econômica.

O modelo funcional do trabalho se desestrutura com as transformações na economia capitalista e nos modos de regulação, em finais do século XX (HARVEY, 2002), o que acarretou maior desigualdade na estrutura da sociedade, impulsionando o crescimento da questão social.

A fim de adensarmos no cenário social, econômico, político e histórico do Brasil, lembramos brevemente o impacto dessas transformações sociais e trabalhistas ocorridas desde a década de 1970, em que fortes modificações ocorreram no campo do emprego e do salário. Segundo Caetano (2009, p. 39) a “[...] rotatividade no mercado de trabalho são umas destas mudanças. A grande quantidade de mão-de-obra excedente começou a se fazer presente, possibilitando ao empregador demitir e admitir quando bem entendesse [...]”. Vale destacarmos que a jornada de trabalho dos trabalhadores da referida época apresentava-se em situações de extrema precariedade, em que não havia flexibilidade alguma.

Em meio às transformações societárias ocorridas no Brasil e no mundo, Demo (2002, p. 323) afirma que

O Estado brasileiro herdou do *welfare state* sobretudo seus vícios, entre eles o assistencialismo desbragado, reforçando traço histórico recorrente. Emancipação foi substituída por iniciativas de ‘proteção’, em parte camuflando um Estado que nunca deixou de ser capitalista [...]. (Grifos do autor).

A partir desta reflexão de Demo, observamos que a sociedade está sim enraizada em práticas pautadas por tutelas, em que os sujeitos de direito estão imersos em situações de vulnerabilidade, correndo riscos sociais, o que ocasiona a necessidade de políticas sociais que garantam direitos de acesso às condições que precisam para sobreviver em uma sociedade desigual.

Kowarick (2002, p. 16) afirma que

[...] as garantias do (não) trabalhador sempre foram restritas e frágeis. O mínimo que se pode dizer é que no Brasil jamais houve instituições políticas, sindicais ou comunitárias, com força suficiente para garantir a efetivação de direitos básicos do mundo do trabalho ou proteger das intempéries do mundo urbano o morador, transeunte e usuários de serviços básicos.

No cenário atual, para Pastorini (2010), alguns autores discutem ou reconhecem o surgimento de uma “nova questão social”, cujos processos são contextualizados desde meados da década de 1970, quando entram em cena, no

mundo inteiro, novos atores com novas necessidades sociais, conforme abordamos. Segundo Rosanvallon (1995, apud PASTORINI, 2010) o crescimento do desemprego e as novas formas de exclusão estariam indicando uma “nova questão social”. Já Castel (1998, apud PASTORINI, 2010) entende que a crise dos anos de 1970, a qual tem como principal resultado o desemprego, se agrava intensamente, com “[...] o desemprego de longa duração, a flexibilização dos empregos, a criação de supranumerários, a crescente pobreza, a precarização das condições de trabalho e a desproteção social.” (1998, apud PASTORINI, 2010, p. 72). A autora ainda cita Rifkin (1997, apud PASTORINI, 2010), o qual aborda que o mundo de hoje vivencia uma nova fase enfrentada pela população como o ‘fim dos empregos’, a partir da imersão tecnológica no mundo do trabalho.

Dessas revisões teóricas, a autora ressalta que

[...] as manifestações da ‘questão social’ contemporânea não são uma decorrência natural, irreversível e inevitável do desenvolvimento tecnológico. Essas mudanças são expressão da crise que enfrenta o sistema capitalista internacional, consequência do esgotamento do modelo fordista-keynesiano que se estendeu até começos dos anos 1970. (PASTORINI, 2010, p. 37).

As mudanças na área do trabalho a partir do capitalismo internacional requerem grande flexibilidade das indústrias e de seus trabalhadores, estando ambos enquadrados à demanda do mercado, satisfazendo o capital. (PASTORINI, 2010).

Tudo isso marca uma grande mudança na condição salarial, servindo de base para existência de uma “nova questão social”. Nesse sentido, Castel (1998, apud PASTORINI, 2010) entende que a sociedade precisa de um Estado estrategista, ou seja, uma nova forma de intervenção estatal, tendo em vista que as formas de solidariedade se esgotaram na atualidade. Segundo o autor, isso implicaria a necessidade de implementar ou incrementar políticas de inserção.

Já Heller e Féhér (1998, apud PASTORINI, 2010) têm posição diferente para pensar a questão social. Estes acreditam que a questão social sempre existiu e sempre existirá, pois sempre haverá problemas sociais, ocasionando desta forma a necessidade de uma constante superação das mesmas, o que leva à criação de outras questões sociais, sucessivamente.

A conclusão da autora (2010) sobre tal debate é que, à medida que a questão social passou a ser evidenciada ocasionou uma dúvida repercussão. Essa evidência

implicou em diversas ações coletivas de reivindicação, imprimindo ao Estado um novo posicionamento, e uma relação mais aberta com a sociedade civil, “[...] que reflete sua dupla característica de coerção e de consenso, de concessão e de conquista.” (PASTORINI, 2010, p. 114).

Com a presente questão social acima apresentada por alguns autores e evidenciada por inúmeras famílias, observamos de fato que muitas pessoas vivem em situação de vulnerabilidade social e precariedade no trabalho, por isso consideramos importante adensar no debate sobre vulnerabilidade social.

Silva (2007, p. 2) afirma que “A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, mas a inclui”. A referida autora aborda sobre o conceito de vulnerabilidade com alguns autores relevantes, sendo Ruben Kaztman um deles. A locução acerca deste conceito é gerada a partir de faltas materiais e/ou imateriais a que sujeitos, individual ou coletivamente, estão expostos, podendo transformar as camadas de suas vidas. Silva (2007) identifica a falta material como sendo uma falta estrutural e a falta imaterial como algo relacionado a uma falta subjetiva, vinculada a “[...] sentimentos de incerteza, insegurança, de não-pertencimento a determinado grupo, de fragilidade dos atores” (SILVA, 2007, p. 3). A partir desta distinção, a autora analisa a vulnerabilidade em dois planos.

A vulnerabilidade é identificada em uma de suas formas, através do território no qual as famílias residem, lembrando a citação de Katzman (2005, apud SILVA, 2007, p. 4) de que “[...] os lugares vulneráveis são aqueles nos quais os indivíduos enfrentam riscos e a impossibilidade de acesso a condições habitacionais, sanitárias, educacionais e trabalho e de participação e acesso diferencial à informação e às oportunidades”.

O debate amplia-se às esferas sociais, refletindo a falta de acesso a espaços que oportunizem melhor qualidade de vida e que dependem do Estado, do sistema capitalista e da sociedade. Logo, o não acesso a essas oportunidades coloca os sujeitos em posições inferiores em relação a outros dentro da sociedade, favorecendo desta forma a desigualdade social, ocasionando de fato a exclusão destes nas diversas áreas inseridas na questão social. Silva (2007, p. 5) ressalta que,

Ter escolaridade é um dos principais caminhos para que os estratos de baixa renda obtenham uma melhor posição social e consigam sair de uma situação de total carência para um patamar, no qual obtenham um melhor

nível de vida. A pobreza é o problema social mais difícil de solucionar ou talvez não haja antídoto para tal problema.

A busca para se manter em uma sociedade é vivenciada por famílias em situação de vulnerabilidade social e econômica, que exige delas a procura por espaços de cidadania, autonomia e emancipação.

Enquanto a desigualdade social não é superada, destacamos como relevante que estas famílias reconheçam que são sujeitos de direitos, inicialmente apropriando-se de sua identidade e mobilizando-se para que haja um mercado de trabalho que garanta, através das políticas sociais, bem como por demais programas de capacitação profissional, a segurança social de renda necessária para uma vida humana e digna. A segurança social de renda é uma peça importante para o enfrentamento das desigualdades sociais no Brasil e a efetivação da PNAS.

2.1 A Atividade de Coleta: breve panorama brasileiro e regional

Segundo Martins (2003), as atividades que trabalham com materiais recicláveis são recentes no Brasil e estão se acentuando nos últimos dez anos. Ações da sociedade civil e poderes públicos estão tentando coibir ou mesmo remediar situações prejudiciais ao meio ambiente. Com o descaso das questões ambientais e descartes domésticos e industriais, abrem-se novos postos de trabalho, sendo estes ocupados pela população de baixa renda, localizada principalmente na área urbana.

Oliveira (2014) faz um debate sobre a gestão de resíduos sólidos e sobre aspectos fundamentais das dimensões sociais e históricas, enquanto pertencentes a um processo de gestão. Inclui-se neste circuito o tema das desigualdades no Brasil e a questão social da reciclagem é trabalhada pelo autor a partir de dimensões econômicas, sociais e políticas.

Nas décadas de 1960 e 1970, os aterros sanitários foram importantes espaços onde era depositado todo lixo produzido pela população, principalmente a urbana localizada em grandes metrópoles brasileiras, sendo uma solução na época para tal problema dos resíduos sólidos domésticos. No entanto, o aumento do desperdício de material não mais possibilitou que fosse possível manter essa forma de descarte (AGUIAR; PHILIPPI JUNIO; RUBERG, 2000, apud MARTINS, 2003).

Neste sentido, a reciclagem é importante para o aumento da vida útil dos aterros de lixo, o que tem relação direta com a atividade das coletoras de materiais encontradas nas ruas. (MARTINS, 2003).

O consumo de produtos que geram descarte é interminável, o que requer novos espaços para acúmulo de material, sendo a área urbana o local onde mais material é gerado (MARTINS, 2003). E é neste contexto que abordaremos a seguir os chamados ecos pontos, espaços destinados à colocação de resíduos sólidos, localizados no meio urbano.

Conforme Oliveira (2014), os vazadouros de resíduos a céu aberto, conhecidos como lixões, estão envolvidos na cadeia da reciclagem, geram 267 bilhões de dólares por ano, em escala internacional. Ainda para o autor, os catadores de materiais que atuam neste contexto estão envolvidos em uma cadeia de trabalho em que a exploração é visível, sendo essa função considerada uma precária atividade laboral.

Nesse processo de produção e consumo, a reciclagem entrou em cena para modificar o cenário dos resíduos, assim, através do processo de separação e reciclagem dos materiais, tais como: plásticos, papéis, metais e vidros, estes passam a ser classificados como “matéria-prima pós-consumo” ou matéria-prima secundária (FIGUEIREDO, 1995, apud MARTINS, 2003).

Logo, ocorre uma primeira ressignificação material do lixo:

Na medida em que a indústria de reciclagem no Sul do Brasil tem avançado consideravelmente, os materiais dispostos no lixo se tornam cada vez mais valiosos e, em alguns casos, até escassos, constituindo uma opção de retorno financeiro para muitas pessoas. (MARTINS, 2003, p. 145).

Para Aguiar, Philippi Junior e Ruberg (2000, apud MARTINS, 2003), há três etapas pelas quais o processo de ressignificação passa. Na primeira, os resíduos são recolhidos nas portas das casas e dos estabelecimentos empresariais, realizado pelo serviço público municipal e/ou empresas privadas, os coletores de materiais ou, até mesmo, por entidades sociais; na segunda etapa, os materiais se encontram nos galpões ou usinas de triagem, onde os materiais inorgânicos são separados e vendidos para empresas recicladoras, os demais materiais que não possuem aproveitamento, como os orgânicos, são colocados no aterro sanitário; na terceira, e

última etapa, os materiais são processados nas empresas recicladoras, que produzem um novo produto a partir do que foi descartado⁵.

Através dos dados da pesquisa de Martins (2003), identificamos que os custos com a coleta seletiva são bem mais elevados do que com a coleta convencional, o que leva a inferir que isso pode ser um indicador dos municípios não ofertarem este tipo de serviço à população. Outro ponto importante destacado por Martins é de que o grande número de aterros sanitários levou à criação de novos postos de trabalho para a população de baixa renda, neste caso, os coletores de materiais.

Segundo Figueiredo (1995, apud MARTINS, 2003), no Brasil os setores siderúrgicos estão vinculados aos conhecidos 'ferro-velho' e 'desmanches', que movimentam milhares de pessoas em suas atividades laborativas, sendo elas formais e não formais, conseqüentemente, movendo a economia. O mesmo processo ocorre com empresas que trabalham com papel e papelão, também movimentando inúmeras pessoas que trabalham com a reciclagem, principalmente os coletores de materiais.

Conforme dados do IPEA (2011) os estados do Rio Grande do Sul e do Paraná são os estados que mais apresentam trabalhadores desse segmento, totalizando mais de 80%. O gênero masculino é o que predomina nessa atividade laboral. Segundo o Censo Demográfico de 2010, 387.910 pessoas se declararam catadoras e catadores em todo o território nacional do Brasil, e a região Sul concentra 58.928 pessoas desse total, o que representa 15,19% do total de coletores no país. (IPEA, 2011).

A idade média das pessoas que trabalham com esta atividade laboral compreende a faixa de 38 a 39 anos e o sexo masculino é predominantemente destacado. Na região Sul do Brasil, especificamente no Rio Grande do Sul, as mulheres são as que menos se destacam nesta atividade. (IPEA, 2011).

Ainda baseados nos dados do IPEA (2011), referentes à seguridade social, revelam que 57,9% dos coletores no Brasil contribuem com a previdência social, mesmo sem ter certeza da periodicidade dessa contribuição. "A região Sul possui o segundo maior percentual de cobertura de idosos em domicílios com pelo menos um

⁵ Essas etapas evidenciam algumas emergências de situações, processos e atores constituídos na resignificação material do lixo, importantes para compreender o processo de singularização pelo qual passam os objetos, como veremos adiante.

(a) catador (a), 59,1%". (IPEA, 2011, p. 20). Nesse caso, a cobertura de benefícios está para aposentadorias e o Benefício de Prestação Continuada (BPC) a idosos, preconizado pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS).

O analfabetismo, que atinge boa parte da população de coletores, é considerado um grande problema social, sendo que o Rio Grande do Sul tem a menor taxa de analfabetismo da região Sul do Brasil. Referindo-nos a níveis de ensino fundamental e médio, os percentuais no estado estão abaixo da média nacional. (IPEA, 2011).

2.2 O Consumo Excessivo: transformações sociais e tecnológicas e sua relação com as coletoras de materiais

Se a atividade de coletor originou-se dos desdobramentos da questão social, ampliando-se na medida em que a sociedade industrial moderna alcança níveis globais de produção de mercadorias descartáveis, por que só recentemente ela ganha visibilidade?

A concepção, anteriormente discutida, de que os coletores são regularmente pessoas em situações de vulnerabilidade e se inserem em uma cadeia de atividades que se ocupam do excesso de lixo produzido na sociedade contemporânea, é apenas uma chave de interpretação do problema.

Creemos que outra chave de interpretação complementar para essa questão encontra-se nas teorias que tratam do consumo, na sociedade contemporânea. Entre as interpretações sobre a problemática do consumo, concepções chamam atenção pelas possibilidades que nos apresentam para o estudo.

Nesse sentido, as elaborações de Igor Kopytoff (2008) e David Harvey (2002) convergem para a compreensão de que a aceleração do mercado dos bens consumíveis iniciou depois das épocas de guerras mundiais, configurando-se em um mercado de larga extensão, enquanto a circulação de bens duráveis iniciou em um mercado de bens usados, sendo estes comercializados pelos vendedores, inicialmente, em pequenas escalas.

Assim, por um lado, a perspectiva de que o consumo de massa se organiza em períodos pós-escassez, através de mercados de larga extensão, tende a encobrir a atuação de atividades como a dos coletores, consideradas residuais nesse processo. Por outro lado, a própria organização extensiva do mercado de

consumo de massa, em escala global, desloca a centralidade do processo, das relações de produção para as de circulação, dando condições para a chamada internacionalização da economia. Esse deslocamento, por sua vez, gera transformações aceleradas das tecnologias de transporte e de comunicação e estabelece mudanças na percepção de tempo e espaço das pessoas. Esse processo, denominado de “compressão do espaço-tempo” (HARVEY, 2002), possibilita que uma pessoa qualquer, situada em qualquer lugar do planeta e com acesso a tecnologias de informação e comunicação, possa encomendar produtos da China, por exemplo, e recebê-los em casa, a baixíssimo custo. Assim, o desenraizamento das relações mercantis tende a acentuar o caráter residual das atividades dos coletores, embora também acentue o consumo e o descarte de objetos, criando mais demanda para suas atividades.

O consumo começa onde termina o mercado. O consumo é uma espécie de área comportamental, a qual tem em sua volta relações de regras livres que nem mesmo o comércio pode interferir. O consumo é um processo que está presente em todas as categoriais sociais.

Essas mudanças globais também afetam os mercados locais, com a emergência de espaços onde é possível encontrar “tudo no mesmo lugar” (LOPES, 2009). Exemplo desses espaços é o shopping, um espaço onde se encontra o “[...] populismo do livre mercado [...]” (HARVEY, 2002, p. 79), alterando aos poucos a cultura e os gostos da população, alimentando os caprichos da moda e estimulando a circulação de mercadorias e conseqüentemente o consumo.

Na obra de Harvey (2002) essas mudanças permitem pensar as “estruturas de sentimento” que anunciam uma condição pós-moderna, mas não transformam os processos de modernização, estruturados na organização de sistemas de mercado e institucionais (modo de regulamentação), característicos de um modelo de racionalidade.

Esse modelo de racionalidade, segundo Harvey (2002) se formou no século XIX, quando a arte começou a ser modificada podendo ser vista nas transformações arquitetônicas, iniciando esta modificação cultural nas cidades, momento que alguns valores começaram a ser reavaliados. Aos poucos, essas mudanças que geraram o modernismo foram internalizadas, ocorrendo contradições que refletiam esteticamente na vida cotidiana dos sujeitos.

Tais mudanças na arte também se deram na área mecânica como, por exemplo, a reprodução e venda de livros, imagens em público e a invenção da fotografia. Mas o autor (2002) destaca que o modernismo já existia antes da primeira guerra mundial e seu surgimento se deu como uma reação às novas condições de produção, circulação e consumo.

Harvey (2002) salienta que a distinção do modernismo e do pós-modernismo resume-se na profunda mudança na estrutura do sentimento dos sujeitos, estimulando o consumo. Assim, identificamos que a racionalidade é que orienta a conduta dos sujeitos.

Um aspecto marcante do pós-modernismo destacado por Harvey (2002) está vinculado ao consumo capitalista que surge no pós-guerra, em que jovens da classe trabalhadora da Inglaterra que tinham maior poder aquisitivo, passaram a participar ativamente da moda que era exibida pela publicidade e pela mídia, assim esses jovens tornaram-se compradores e criaram uma identidade própria de consumo. Um local de grande consumo é o shopping, conforme citado anteriormente. Taylor (1987, apud HARVEY, 2002) afirma que a televisão foi o primeiro meio cultural da história, sendo esta uma criação do capitalismo, que promove a cultura do consumismo. Desta forma o capitalismo vai criando nos sujeitos desejos individuais, que buscam por uma nova estética de vida, deixando as tradicionais culturas para trás.

Harvey cita Jonathan Raban o qual aborda o tema da cidade, que “[...] estava sendo vitimada por um sistema racionalizado e automatizado de produção e consumo de massa de bens materiais, [...]”. (RABAN, apud HARVEY, 2002, p. 15). Para Raban, a cidade estava se tornando uma diversidade social, medida pela posse e aparência dos sujeitos. Essa diversidade social emergente possibilitou a reflexão sobre a relação entre homem e material, que Raban chama da necessidade de entender o vocabulário da arte e do estilo.

Para Hassan (apud HARVEY, 2002) as mudanças ocorridas na forma de consumo criam uma forma de cultura diferente, a cultura do consumo de massa. O surgimento da televisão, transformações na moda e na arte, promovidas pela mídia da imagem, se tornaram parte da vida cotidiana dos indivíduos imposta pelo capitalismo.

Os detentores dos meios de produção criam uma classe superior à classe que depende do trabalho para manter a satisfação das necessidades básicas. Esta nova classe se chama: classe trabalhadora. O valor apropriado pelos capitalistas através

da força de trabalho vendida é o lucro. Para que os capitalistas adquiram mais lucratividade, devem estar constantemente envolvidos às mudanças tecnológicas dos seus meios de produção (HARVEY, 2002). Para Dubet (2001, p. 6),

À medida que o capitalismo repousa sobre um mecanismo de extração contínua da mais-valia a partir do trabalho e, sobretudo, em que implica o investimento de uma parte crescente das riquezas produzidas, a opção entre os trabalhadores e os donos do investimento, entre o trabalho e o capital, faz das desigualdades sociais um elemento funcional do sistema das sociedades modernas.

O processo é claro: a partir do sistema capitalista de produção dominador de uma sociedade, o Estado é obrigado a promover políticas sociais que percorrem pela desigualdade social instalada por este sistema. Tais desigualdades ocasionam situação de vulnerabilidade social que é apresentada nos dias de hoje através de várias faces, sendo a renda uma delas. Para Dubet (2001, p. 10) “As desigualdades de rendimentos variam sensivelmente, se levamos em conta salários, rendas e rendimentos indiretos.”

Relacionando aos estudos de Harvey sobre o consumo, citamos o trabalho de Mary Douglas e Baron Isherwood (2006), vinculado a um protesto contra a sociedade de consumo, estando essa forma relacionada ao investimento. Para estes autores (2006) o consumo excessivo é mais preocupante que a obesidade das pessoas. O discurso percorre pela existência de uma sociedade que tem três propósitos restritos para que as pessoas consumam bens, sendo eles: bem-estar material, bem-estar psíquico e exibição. Os dois primeiros estão ligados às necessidades humanas como, por exemplo, alimentação, vestuário e moradia. E a exibição está ligada às demandas da sociedade.

Douglas e Isherwood (2006) refletem a importância entre consumo e processo social, sendo ambas as partes integrantes de um único sistema social. Percorrem pela ideia de racionalidade econômica que deve incorporar essa atividade da mente humana em resolver quebra-cabeças, podendo chegar à noção de por que os consumidores compram bens. O ser racional apenas conseguirá comportar-se racionalmente quando esse tenha relação de consistência e confiabilidade no mundo que está em sua volta.

Os autores (2006) desenvolveram uma maneira de medir o envolvimento social comparando os padrões de consumo. Essa relação se dá com o ser racional, das escolhas racionais. Os padrões de consumo também tendem a excluir.

Percebemos a ideia de exclusão nitidamente em relação aos bens que os pobres tendem a comprar, bem como os bens que não conseguem adquirir e que desejariam ter.

A importância dada ao consumo como parte da realização pessoal e social cria, assim, um dilema para os indivíduos que buscam sobressair-se através do uso de produtos-símbolo de status. O sentimento de exclusão pode, então, escapar aos limites absolutos de satisfação das necessidades primárias e mais urgentes e atingir um nível exclusivamente relativo: o de alguém se sentir excluído por não possuir o que outras pessoas têm. (MARTINS, 2003, p. 51).

Em meio a esses dilemas da sociedade de consumo, Kopytoff (2008) reflete sobre a existência das mercadorias, enquanto materiais que podem ser abordados segundo visões diferentes. A partir da visão economicista, à mercadoria é agregado um valor, seja valor de uso ou valor de troca. Já a partir da visão social, as mercadorias devem ser sinalizadas como coisas e, culturalmente, como um determinado tipo de coisa, podendo a mesma coisa ser tratada em uma ocasião de uma forma e, em outra ocasião, de outra.

A visão economicista centra-se na mercantilização das coisas, processo no qual “[...] a maioria dos bens de consumo se destina a ser terminal – ou, ao menos, é isso que os fabricantes desejam.” (KOPYTOFF, 2008, p. 103). Na visão cultural, para o autor, devemos compreender que as coisas, após compradas ou trocadas, passam a compor as trajetórias das pessoas, vinculando-se as suas biografias e, até mesmo, adquirindo uma biografia em relação com as mesmas. Debateremos mais sobre isto na sequência da dissertação.

Esse processo pelo qual as coisas adquirem uma biografia social, Kopytoff denomina de singularização. Para o caso em questão, neste estudo, essa referência é importante, na medida em que

A singularização de objetos dentro de uma sociedade cria um problema especial. Como é feita por grupos, ela porta um significado de aprovação coletiva, canaliza os impulsos individuais de singularização e assume o peso da sacralidade cultural [que, ao ser declarado pelo grupo, pode gerar] conflito em torno do que se poderia chamar de ‘instituições públicas de singularização’. (KOPYTOFF, 2008, p. 110).

A questão colocada nessa díade constituída pelas visões economicista e cultural, que oscila entre as formas de mercantilização e de singularização das coisas, corresponderia então ao conflito contemporâneo entre o consumo/descarte e

a coleta/reciclagem dos objetos, “[...] causando o que parece ser anomalias cognitivas, inconsistência de valores e incertezas para a ação”. (KOPYTOFF, 2008, p. 111). Ou seja, assim como as coisas consumidas/descartadas adquirem biografias no processo de singularização relacional que estabelecem com os coletores, elas também moldam as biografias dos sujeitos pela canalização dos impulsos individuais que as condicionam, como bens culturalmente valorizados ou desvalorizados⁶.

Essa díade operacionaliza, assim, um imperativo social e um princípio cognitivo que condicionariam as *performances* dos atores que coletam, apropriam ou ressignificam materialmente as coisas (coletadas no lixo), de forma a colocar em situações liminares os diversos elementos simbólicos e os próprios atores sociais envolvidos nesse conflito. Como as coisas-mercadorias são produzidas com um fim (caráter terminal determinado pelos produtores), as mercadorias-tipos de coisas são singularizadas pela trajetória de relações que estabelecem com as pessoas, ao coletar e reciclar as coisas descartadas, os coletores ressignificam materialmente o caráter terminal atribuído às mesmas na mercantilização.

É exatamente nesse ponto que a dissertação deseja dialogar, ao tratar da vivência das coletoras sobre a ressignificação do material atribuído pelas mesmas, identificando se existe a singularização das coisas conforme Kopytoff afirma em seus estudos.

Traçando demais caminhos pelos quais este estudo passa, é necessário acrescentarmos ao debate sobre o mundo dos bens, a situação dos coletores de materiais. A atividade que exercem, muitas vezes é a única forma de sobrevivência, eles também têm necessidade de consumir, seja consumo para necessidades humanas ou consumo para satisfação criada pela sociedade, conforme abordado por Douglas e Isherwood (2006).

2.3 As Políticas Públicas e Sua Interface com as Coletoras

Neste subitem trabalharemos sobre as políticas públicas e, principalmente, a política de assistência social.

2.3.1 O que são políticas públicas? Conceitos e debates

⁶ Esse é o sentido do estigma geralmente atribuído aos coletores.

Ao debater sobre políticas públicas, Souza (2006) faz referência ao surgimento das mesmas. Estas nasceram nos Estados Unidos enquanto área de conhecimento e disciplina acadêmica, voltando sua atenção diretamente aos estudos das ações dos governos. Já na Europa, os estudos se deram baseados inicialmente nas teorias sobre o papel do Estado, especificamente os governos, que são os que produzem as políticas públicas. Esta disciplina acadêmica nasce como subárea da ciência política norte-americana, voltando-se então ao estudo do mundo político e segue três caminhos acadêmicos: estudo das instituições; estudo das organizações locais; e, estudo de como e por que os governos optam por algumas ações.

Há quatro grandes pensadores das políticas públicas: Harold Laswell, cientista político estadunidense que introduziu uma expressão denominada análise de política pública, tentando conciliar a forma empírica dos governos e os estudos acadêmicos; Herbert Simon, economista estadunidense que introduziu ao debate o conceito de racionalidade limitada dos decisores públicos, assim chamado pela autora (2006), que estão atreladas a problemas como informação incompleta, tempo para tomada de decisão e auto-interesse dos decisores; Charles Edward Linblom, cientista político e economista, estudou o que Laswell e Simon propuseram e introduziu outras variáveis de construção da análise de política públicas como relações de poder e a integração de outros processos como o papel das eleições, das burocracias, dos partidos e dos grupos de interesse; e, por último, David Easton, cientista político canadense que “[...] contribuiu para área ao definir a política pública como um sistema, ou seja, como uma relação entre formulação, resultados e o ambiente.” (SOUZA, 2006, p. 24).

Souza (2006) trabalha com vários autores para definir política pública, como Mead, Peters, Dye, mas ressalta que permanece a definição de Laswel (SOUZA, 2006, p. 24) o qual compreende que “[...] decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por quê e que diferença faz”. De maneira geral, Souza enfatiza que a definição de políticas públicas está vinculada a uma perspectiva de que o todo é mais importante do que a soma das partes.

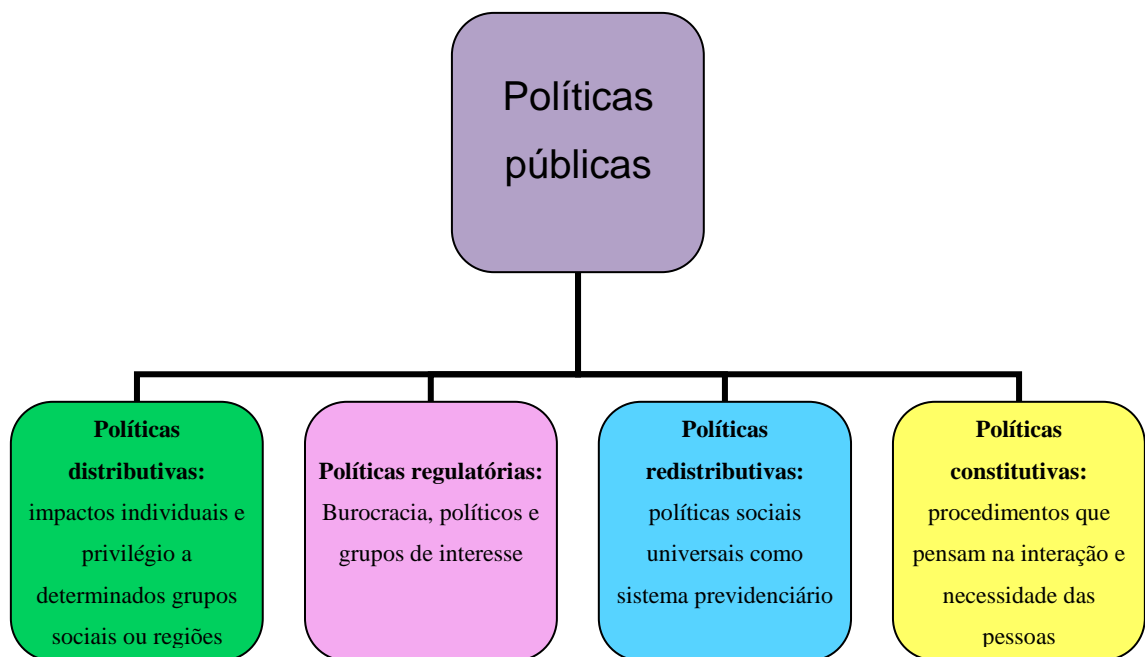
Assim, do ponto de vista teórico-conceitual, a política pública em geral e a política social em particular são campos multidisciplinares, e seu foco está nas explicações sobre a natureza da política pública e seus processos. Por

isso, uma teoria geral da política pública implica a busca de sintetizar teorias construídas no campo da sociologia, da ciência política e da economia. As políticas públicas repercutem na economia e nas sociedades, daí por que qualquer teoria da política pública precisa também explicar as inter-relações entre Estado, política, economia e sociedade. Tal é também a razão pela qual pesquisadores de tantas disciplinas – economia, ciência, política, sociologia, antropologia, geografia, planejamento, gestão de ciências sociais aplicadas – partilham um interesse comum na área e têm contribuído para avanços teóricos e empíricos.

Pode-se, então resumir política pública como campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, ‘colocar o governo em ação’ [...]. (SOUZA, 2006, p. 25).

Com esta citação, percebemos que nas políticas públicas perpassam diversas áreas e depois de formuladas desdobram-se em planos, programas, projetos e sistemas de informação e pesquisa. As mesmas são subdivididas e apresentadas através da figura abaixo:

Figura 1 – Políticas Públicas



Fonte: Caetano, 2014.

Há um debate importante levantado por Souza (2006) que aborda o ciclo da política pública, que é constituído por etapas: “Definição da agenda, identificação de alternativas, avaliação das opções, seleção das opções, implementação e avaliação.” (SOUZA, 2006, p. 29). Este ciclo coloca em questão o motivo pelo qual algumas pautas são colocadas na agenda política e outras não. A resposta para isto está em três enfoques: os problemas entram na agenda política quando a sociedade

identifica que deve ser feito algo; o segundo está em como se construir uma consciência coletiva considerando a necessidade de enfrentar um problema posto; e o terceiro enfoque está nos participantes visíveis como, por exemplo, políticos, mídia, partidos, grupos de pressão, os quais definem a agenda política, e os invisíveis, representados pelos acadêmicos, que indicam alternativas para os problemas. (SOUZA, 2006).

Para que as políticas públicas não sejam ignoradas, existem mecanismos para que os governos identifiquem tais questões, como: a divulgação de indicadores que mostrem a realidade do problema; eventos que mostrem o problema com frequência; e, informações que mostrem a falta das políticas públicas. E surge nessa arena social, os empreendedores políticos, pessoas especialistas, dispostas a investir recursos para ver resultados futuros, são essenciais e colocam os problemas na agenda política. As relações estabelecidas entre os empreendedores sociais e as demais estruturas sociais formam uma engrenagem facilitadora de articulação de tal rede social. (SOUZA, 2006).

Para resolver os problemas, Souza (2006) cita que estudiosos como Cohen, March e Olsen (1972, apud SOUZA, 2006) desenvolveram o modelo conhecido por *garbage can* ou *lata de lixo*, assim chamado por eles. Tal modelo afirma que as políticas públicas são feitas como se as soluções estivessem em uma lata de lixo, ou seja, há muitos problemas e poucas soluções para resolver os problemas.

Existem outros autores que discordam desse modelo de *garbage can*, Sabatier e Jenkins-Smith (1993, apud SOUZA, 2006), por exemplo, acreditam que as políticas públicas deveriam formar um conjunto de subsistemas que tivessem articulação com mudanças internas e externas das políticas públicas, acreditando que crenças, valores e ideias são fundamentais para o processo de formulação das políticas públicas, sendo ignoradas em outros modelos de formulação destas.

Já outro exemplo mencionado por Souza foi elaborado por Baumgartner e Jones (1993, apud SOUZA, 2006), chamado de *modelo interrompido*, este por sua vez tem relação com a biologia, ele afirma que a política pública se caracteriza por longos períodos de estabilidade interrompidos por momentos de instabilidade. E se relaciona com a computação, referindo-se que as pessoas possuem limitações para compreender determinadas situações, logo, deve ser processada cada uma de uma vez.

Há ainda uma discussão sobre a ênfase das políticas públicas, as quais estavam muito vinculadas fortemente a visões redistributivas e distributivas, não atingindo sua finalidade efetiva. O novo gerencialismo público permite que se tenha, nos países em desenvolvimento, a implementação de políticas públicas de caráter participativo, impulsionadas por alguns partidos políticos, quando estes assumiram um compromisso, ou por regras constitucionais, visando à participação de grupos sociais e de interesses na formulação e acompanhamento de políticas públicas. “No Brasil, são exemplos dessa tentativa os diversos conselhos comunitários voltados para as políticas sociais, assim como o Orçamento Participativo.” (SOUZA, p. 26, 2006).

Mesmo com esta nova forma de gerenciar as políticas públicas, delegando algumas de suas funções para grupos sociais, os governos continuam a tomar decisões sobre os problemas, bem como traçando as políticas públicas e suas formas de enfrentamento (SOUZA, 2006).

Segundo Olson (1965, apud SOUZA, 2006), não são os interesses comuns do coletivo que mobilizam as políticas públicas e sim os interesses de poucos. Para haver uma política pública efetiva, esta deveria resultar de uma análise racional.

2.3.2 Política social: trajetória, desdobramentos e a limitação do problema de pesquisa.

Frente à política de assistência social, inserida no conjunto das políticas sociais, citamos novamente Pastorini (2010) que ressalta a questão social emergente do resultado da segunda guerra mundial. Para a autora, há uma nova massa de “desempregados tecnológicos” e identificamos que, fazem parte dessa massa de desempregados, famílias em situação de extrema vulnerabilidade social. Para Caetano (2009, p. 19) “O trabalho está cada vez mais dependente das informações do mundo tecnológico, em que a importância de saber determinado conhecimento está fazendo o diferencial na sociedade”.

Em meio ao mundo do trabalho, Pastorini (2010) afirma que há duas novas configurações para a atual questão social. Uma delas é expressa pelo empobrecimento da classe média, principalmente com a redução da inserção de trabalhadores com mais de 45 anos de idade no mercado de trabalho, e a outra configuração representada por famílias chefiadas por mulheres.

A nova tendência do capital mundial é de romper com o compromisso social assim chamado por Pastorini, entre capitalistas e trabalhadores. Este rompimento refere-se à quebra da proteção de direitos trabalhistas, regulação das condições de trabalho, ausência de políticas sociais, etc. Assim o capitalismo estipula novas relações econômicas, sociais e políticas. Conseqüentemente entra em cena uma pluralidade de novos sujeitos políticos e sociais. (PASTORINI, 2010).

A proposta neoliberal indica um Estado que não tenha gastos públicos destinados às políticas sociais, um Estado que desregule as condições de trabalho, focando no controle do sistema capitalista sobre o trabalho. Para Machado (2013) o Estado segue uma lógica neoliberal, em que passa a implementar parcerias com a sociedade civil através de organizações sociais, proporcionando um processo de terceirização da política social. Desta forma o autor identifica a desresponsabilização do Estado e incentivo ao voluntariado.

Segundo Rosanvallon (1995, apud PASTORINI, 2010), a partir da visão de uma sociedade capitalista, identifica-se que as políticas universais estão ultrapassadas e o Estado deve dedicar-se com os interesses públicos relacionando-os com o desenvolvimento da cidadania. O Estado-providência assim chamado pelo autor não pode ser apenas um distribuidor de obras e benefícios públicos, mas deve ser um estado de serviço, fornecendo meios de mudanças para superar situações e problemas da população (1995, apud PASTORINI, 2010). Pastorini analisa que o Estado-providência, abordado por Rosanvallon, direciona-se a uma individualização, afastando-se das classes sociais e grupos homogêneos, pois para que esse Estado cumpra com o seu papel, o mesmo deve ter um tratamento diferenciado para com as diversas áreas que compõe a sociedade, tratando-as de forma individual.

A melhoria na qualidade de vida das famílias trabalhadoras deve ser garantida também por legislações como a PNAS e a PNRs, além de outras ações das políticas sociais como, por exemplo, geração de emprego e renda que ainda não estão em plena execução e deixam de fora do mundo do trabalho as famílias coletoras de materiais. Se houvessem políticas sociais que contemplassem o atendimento das populações em que a força de trabalho é excedente, o nível de vulnerabilidade social diminuiria e essa classe social estaria ocupada em aprender novas formas de trabalho geradoras de outras fontes de renda familiar. O que de fato é essencial são políticas sociais que busquem autonomia e emancipação, com

vistas à trajetória de vida pautada em situações em que não haja necessidade de depender de tais políticas, as quais serão adensadas a seguir.

Temos como marco legal a década de 80, no século XX. Arretche (2006, p. 16) afirma que neste período “[...] um conjunto de reformas político-institucionais redundaram na recuperação das bases federativas do Estado brasileiro.”.

A criação da Constituição Federal do Brasil de 1988, que dispõe especificamente sobre a seguridade social no país, formando um conjunto de três áreas: saúde, previdência social e assistência social. Arretche (2000) afirma que para tais políticas serem implantadas, há programas de descentralização a serem geridos em âmbitos estaduais e municipais. Através dessa descentralização, os gestores nos seus três níveis de governo passaram a ser mais autônomos no plano político-institucional, social, econômico e administrativo.

Somente no ano de 1993, a Lei Orgânica de Assistência Social, lei nº 8.742 foi assinada, preconizando ser usufruída pela população que da política necessitar, buscando prover os mínimos sociais para esses cidadãos. A partir dessa lei, a política passa a ser mais organizada, estabelecendo que os municípios sejam os executores dos serviços de assistência social, sendo os Estados assessores dos municípios.

Em 2004, cinco anos depois, foi promulgada a Política Nacional de Assistência Social e instituiu-se o Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Segundo a PNAS (2010a, p. 31), “A proteção social deve garantir as seguintes seguranças: segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia); de acolhida; de convívio ou vivência familiar.”, logo entendemos por segurança de rendimentos, não apenas o valor de um salário mínimo para o cidadão, mas sim a garantia de que este tenha monetariamente como garantir sua sobrevivência, independente da condição de trabalhar ou não. Assim, a política nacional acredita que desta forma os cidadãos possam atingir o patamar de autonomia.

Por acolhida, a política propõe a provisão das necessidades humanas, como direito à alimentação, ao vestuário, ao abrigo e a segurança de convívio ou vivência familiar, que está relacionada com as relações entre os sujeitos, adensando na subjetividade dessa segurança. A política de assistência social está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Já em 2009, foi divulgada a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (TIPIFICAÇÃO, 2009), que apresenta uma estrutura de

organização para a PNAS através da divisão dos serviços ofertados, sendo divididos por complexidades: Proteção Social Básica (PSB) (complexidade: básica) e Proteção Social Especial (complexidades: média e alta).

A dissertação dialoga na Proteção Social Básica, ou seja, nos Centros de Referência de Assistência Social. O CRAS tem como objetivo prevenir situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários das famílias referenciadas aos mesmos. Segundo o MDS, através das Orientações técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012a), o CRAS atua de forma preventiva, protetiva e proativa, com foco a responder as necessidades humanas.

Em meio à legislação da assistência social, faz-se necessário apresentar a legislação pertinente aos coletores e aos materiais. Segundo Caetano (2009) surgiu aproximadamente no ano de 1999 o Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e o 1º Encontro Nacional de Catadores de Papel. Mas, somente em junho de 2001, é que aconteceu o 1º Congresso Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis em Brasília, contando com aproximadamente mais de 1.700 (um mil e setecentos) catadores. Neste congresso foi lançada a Carta de Brasília, documento que expressa as necessidades do povo que sobrevive da coleta de materiais recicláveis.

Ainda conforme Caetano (2009), em 2003 ocorreu o 1º Congresso Latino-americano de Catadores em Caxias do Sul/RS, onde reuniram-se catadores de vários países. O Congresso divulgou a Carta de Caxias que difunde a situação dos catadores da América Latina unificando a luta entre os países. Nesse momento, o MNCR começa a mostrar sua força nacionalmente com as articulações regionais. Muitas lutas foram travadas em todo o Brasil e muitas conquistas alcançadas.

Em 2005 aconteceu o 2º Congresso Latino-americano de Catadores, uma continuidade da articulação latina que abre novas frentes de luta na busca de direitos para os catadores de outros países da América Latina. Em março de 2006, o MNCR realizou uma grande marcha até Brasília levando suas demandas para o Governo Federal, exigindo a criação de postos de trabalho em cooperativas e associações como bases orgânicas do movimento. Esse evento se tornou um marco histórico da luta dos catadores no Brasil, cerca de 1.200 (mil e duzentos) catadores marcharam na Esplanada dos Ministérios e levaram às autoridades suas reivindicações. A meta é a criação de 40 (quarenta) mil novos postos de trabalho para catadores em todo o Brasil. (HISTÓRIA, 2009, apud CAETANO, 2009).

Para Martins (2003) a participação da sociedade civil e a elaboração de políticas referente à qualidade de vida urbana, bem como geração de trabalho e renda vem assumindo distintas configurações conforme contexto econômico e político nos diferentes países da América Latina.

Em dois de agosto de 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos, estipulada pela Lei Federal nº 12.305, que tem dentre seus vários objetivos, fomentar a articulação com os catadores de materiais recicláveis tendo uma visão ampla da atuação destes trabalhadores. Pode-se verificar no inciso VIII do artigo 6º da Lei: “o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania.” (BRASIL, 2010b, p.11).

No ano de 2010, algumas ações vinculadas à esfera federal resultaram no decreto nº 7.405, que institui o programa Pró-catador, estando direcionado a organizações produtivas da categoria profissional. Assim, tem-se em vista a garantia de direitos e não apenas um caráter humanitário. (OLIVEIRA, 2014).

Em meio ao sistema capitalista de produção as políticas sociais percorrem seus caminhos, inclusive na política de assistência social no município em que se deu a pesquisa. O município proposto a ser estudado, Gravataí/RS, conforme já citado, localiza-se na região metropolitana de Porto Alegre/RS. Segundo os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no município há 269.022 habitantes, número estimado no ano de 2013. Está localizado em vasta expansão territorial de 463,499 km² e grande número de polos de trabalho. Em contrapartida, sabemos que o município apresenta considerável índice de vulnerabilidade social.

E para alinhar-se a historicidade da política de assistência social às famílias coletoras de materiais, identificamos que inúmeras delas estão vinculadas a essa política, especificamente ao Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), vinculado à Secretaria Municipal da Família, Cidadania e Assistência Social, especificamente nos Centros de Referência de Assistência Social.

No município há quatro CRAS que têm como objetivo prevenir situações de risco social e fortalecer os vínculos familiares e comunitários das famílias referenciadas aos centros, conforme abordado anteriormente. A pesquisa limitou-se unicamente no CRAS Barnabé, espaço institucional atual da pesquisadora. No CRAS é disponibilizada a inscrição para o Cadastro Único dos Programas Federais.

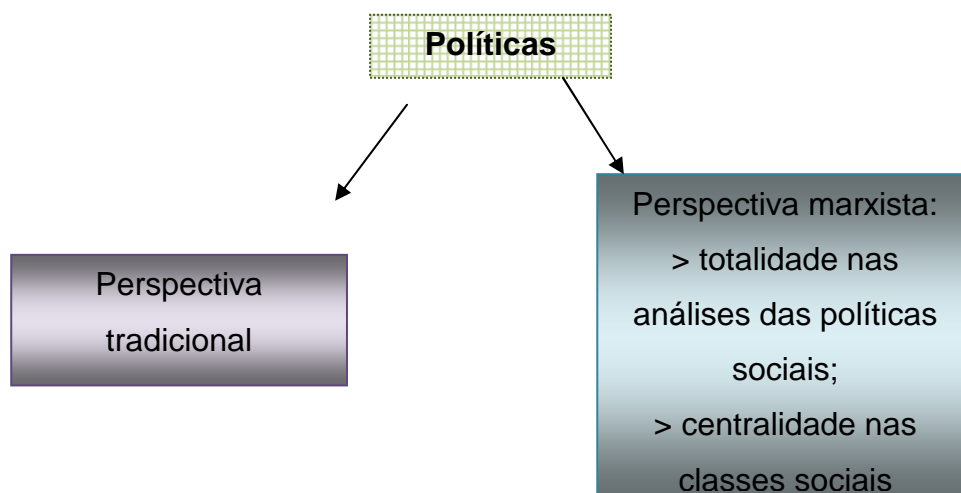
O cadastro tem critérios de inserção das famílias, sendo a renda familiar de até três salários mínimos vigentes. Através do Cadastro Único, a família pode enquadrar-se em programas, como:

- Programa Bolsa Família: Critério de inclusão: renda familiar *per capita* de até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro reais), sendo a família considerada na linha da pobreza; e renda familiar *per capita* de até R\$ 77,00 (setenta e dois reais), sendo a família considerada na linha da extrema pobreza. O objetivo deste programa é de complementar a renda familiar e, até mesmo, prover o sustento, quando a família não possui renda alguma.
- Programa do desconto na água: para as famílias que recebem o Bolsa Família.
- Programa Tarifa Social da Luz: desconto para famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo vigente.
- Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC): cursos profissionalizantes oferecidos principalmente para os beneficiários do Programa Bolsa Família e para os demais que estão no Cadastro Único.

Conforme mencionado, a pesquisa delimitou-se as coletoras que recebem até R\$ 154,00 (cento e cinquenta e quatro) reais *per capita* mensal.

A fim de identificar e analisar os serviços ofertados pelo CRAS, relacionando com a segurança social de renda da PNAS, estudaremos mais especificamente as políticas sociais. Para isso, Pastorini (1997) se detêm em duas perspectivas para analisar as políticas sociais, sendo uma tradicional e a outra marxista.

Figura 2 – Perspectivas de análise das políticas sociais

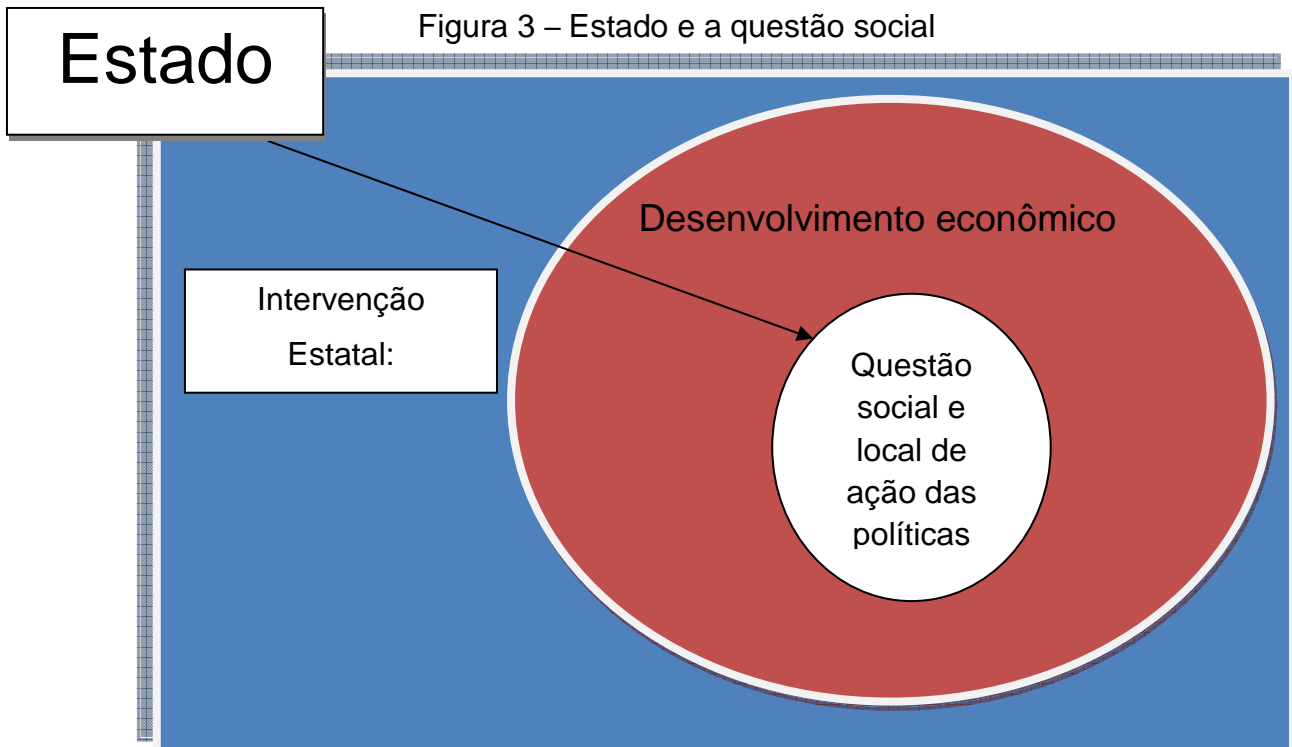


Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Na perspectiva tradicional, Pastorini (1997) a caracteriza como redistributiva, a qual tem como objetivo reduzir as desigualdades sociais provocadas pelo efeito negativo da acumulação capitalista, sendo entendidas como um conjunto sistemático de ações do Estado que tem, de fato, uma finalidade de redistribuição de renda. Para isto, o Estado faz as concessões de recursos sociais, os quais são escassos, a fim de melhorar o bem estar da população, principalmente para os indivíduos que foram prejudicados pelo mercado. A autora (1997) define essa política social, como ações que tendem a restabelecer o equilíbrio social via redistribuição da renda. Em meio ao debate de Pastorini, destacamos no início desse projeto, que a PNAS compreende por segurança de rendimentos uma garantia monetária para sua sobrevivência, independentemente da condição de trabalhar ou não. Remetemos a fala da autora e a interface com a atividade de coleta executada pelas coletoras, na perspectiva de não proporcionar uma satisfatória renda.

Conforme aborda Arretche (2000) as políticas sociais no Brasil referem-se à educação fundamental, assistência social, saúde, saneamento e habitação popular. A autora reforça que antes da política social de assistência social se constituir, havia no país programas do governo e as ações realizadas sem planejamento. Já para Marshall (1967, apud PASTORINI, 1997) nas políticas sociais existem quatro categorias: saúde, educação, pobreza e indústria; tendo de um lado a assistência aos pobres e de outro a proteção dos trabalhadores, principalmente para mulheres e crianças. Graciarena (1982, apud PASTORINI, 1997), acredita que as políticas sociais surgiram em um momento de discussão sobre a questão social, estando ela no interior do desenvolvimento econômico.

Desta forma, Pastorini (1997) acredita que as políticas têm caráter paliativo para com as desigualdades sociais, sendo representada esta ideia a partir da figura a seguir, considerando que o Estado intervém diretamente no cerne das questões econômicas.



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

A segunda perspectiva está voltada a analisar as políticas sociais como espaço de consequência das lutas sociais, como concessões e conquistas, em uma linha político-econômica. Pastorini (1997) destaca a existência de uma relação múltipla entre os beneficiários das políticas sociais, envolvendo três sujeitos, sendo eles: as classes hegemônicas, o Estado e as classes trabalhadoras e subalternas.

[...] as políticas sociais não podem ser vistas como meros instrumentos de prestação de serviço, mas pelo contrário, que é necessário analisar a sua contraparte política como mecanismos de legitimação da ordem; e econômica, que se refere principalmente ao barateamento da força de trabalho por meio da socialização dos custos de sua reprodução. (PASTORINI, 1997, p. 86).

A autora (1997) destaca que se deve observar o histórico das políticas sociais para analisar a política em si. Para ela, nessa perspectiva marxista, há dois avanços significativos, sendo eles: a identificação da totalidade nas análises das políticas sociais e a centralidade nas classes sociais. Compreender as políticas sociais a partir da totalidade, implica relacionar política e economia, entendendo as políticas sociais tanto como formas políticas de mobilização e relação social, bem como processos econômicos que visam manter a produção da força de trabalho, visando o acúmulo do capital.

Para Netto (1992, apud PASTORINI, 1997), as políticas sociais são os problemas sociais, econômicos e políticos que formam um conjunto de sequelas da questão social. Pastorini (1997) ressalta que a função social está relacionada à prestação dos serviços sociais, visando o complemento salarial aos que desse necessitam. Já na função política, as políticas sociais transmitem um papel de padrões de participação social por parte dos cidadãos, fazendo com que esses decidam e se sintam pertencentes ao meio social em que vivem. Mesmo assim, o círculo de dominação permanece e por este motivo é preciso pensar na totalidade social.

Outro ponto a ser destacado por Pastorini (1997) refere-se às políticas sociais pensadas a partir das lutas sociais que perpassam pela sociedade capitalista em que há sujeitos inseridos conflituosamente neste cenário, podendo as políticas sociais contribuir como instrumento útil nesses conflitos, transformando as lutas sociais em pactos positivos entre os opostos.

Em meio a este debate, Pastorini (1997) faz uma reflexão crítica quanto aos termos concessão e conquista, muito utilizados nas políticas sociais, principalmente na perspectiva marxista. Para a autora a palavra concessão está relacionada à doação, dar ou outorgar algo a outra pessoa por uma vontade própria. Já a palavra conquista está relacionada à usurpação, ou seja, apossar-se de algo sem direito. Pastorini (1997) relaciona a palavra concessão ao Estado e as classes dominantes, sendo que essas concedem algo às classes subalternas; e a palavra conquista sendo relacionada à conquista pelas classes subalternas. A autora (1997) considera que estes debates sejam grandes avanços para as políticas sociais.

A segunda crítica da autora é a relação entre os sujeitos, tanto os que são concedidos quanto aos que conquistam:

[...] deve-se pensar que enquanto o *Estado* 'concede' serviços e atendimentos às populações carentes, estas 'concedem' ao primeiro a possibilidade de legitimação do sistema e de socialização dos custos de reprodução da força de trabalho etc. As *classes dominantes*, por sua vez, 'concedem' recursos e os *setores subalternos* 'concedem', em troca, aceitação da ordem sociopolítica e econômica, ao mesmo tempo que contribuem para a perpetuação das relações de produção, exploração etc. (PASTORINI, 1997, p. 96).

A autora (2010) acredita que a proteção social brasileira deva contar com políticas sociais que busquem a universalidade no atendimento.

O trato da 'questão social' pelos setores hegemônicos é geralmente orientado pela teoria da integração social; dessa forma, acabam-se naturalizando as desigualdades sociais, e as políticas sociais perdem o seu caráter de conquista passando a ser concebidas como concessões do Estado e do capital, reproduzindo a 'ideologia do favor,' caracterizada por formas paternalistas e clientelísticas de relação que se combinam com um tipo de atendimento, por parte do Estado, orientado pela benevolência e a filantropia. (PASTORINI, 2010, p. 97).

Faz-se importante e necessário estabelecermos um novo processo para as políticas sociais, em que seus atores permaneçam em movimento de forma conflitante, movidos por seus interesses contraditórios, buscando a atuação concreta e eficaz do Estado (PASTORINI, 1997). Identificamos, a partir da reflexão da autora, que cada política social compõe um conjunto de processos históricos evidenciados por lutas e pressões, com o objetivo de conquista de direitos e garantia de acesso proveniente do Estado.

Em meio à temática estudada, verificamos que existem trabalhos científicos na área dos coletores de materiais, os quais foram consultados através da base de dados do site scielo. Os artigos selecionados têm os seguintes títulos:

- Há vida após a morte: um (re)pensar estratégico para o fim da vida das embalagens.
- Da produção do lixo à transformação do resto.
- Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil).
- Educação e participação dos atores sociais no desenvolvimento de modelo de gestão do lixo em zona rural em Minas Gerais.
- Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda.
- Segregação socioespacial, constituição do sujeito e significação do cotidiano.
- Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade.
- Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?
- O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental.

A leitura dos artigos foi realizada pela aluna, que estudou e sistematizou os principais conceitos dos mesmos, esquematizando-os em quadros (Anexo C).

A dissertação de mestrado de Pedro Henrique Faria Machado, titulada como: "Pinheirinho entre a realidade e o sonho": Experiências em uma Ocupação Urbana

na cidade de São José dos Campos/SP (Universidade de Taubaté, 2013), também foi analisada. O estudo direcionou-se na perspectiva da resignificação de um território por parte da população que habitava o lugar, localizado em uma cidade paulista, sendo a falta de renda e moradia as principais causas de ocupação do território.

A dissertação de mestrado de Amabilia Beatriz Portela Arenhart, chamada “Colcha de retalhos” – A costura de projetos de vida no coletivo da Ecos do Verde (UNISINOS, 2006), também foi aprofundada. A autora verificou que a criação da associação de catadores possibilitou uma renda mais adequada, bem como o trabalho enquanto fortalecedor de vínculos do projeto de vida e integrador social, estabelecendo relações de trabalho saudáveis entre os trabalhadores. Arenhart debateu não apenas o lixo que foi descartado pela sociedade, incluindo também os sujeitos, resignificando não apenas o material, mas principalmente os trabalhadores.

Não foi localizada bibliografia específica sobre a temática proposta por esta dissertação que envolva articulação entre a resignificação do material coletado pelas famílias visando à perspectiva de um novo direcionamento para as políticas públicas.

3 RESSIGNIFICAÇÃO DO MATERIAL: NECESSIDADE HUMANA OU DO MERCADO DE CONSUMO?

Ao abordar sobre os bens adquiridos na sociedade, os autores Douglas e Isherwood (2006) afirmam que existem rituais de consumo, os quais veremos a seguir, caracterizando-os como marcas normais da amizade, sendo que é a partir do fluxo de bens de consumo que aparece o mapa da integração social entre os membros de uma comunidade.

Como o valor é conferido pelos juízos humanos, o valor de cada coisa depende de seu lugar numa série de outros objetos complementares. Em vez de tomar um objeto de cada vez, e encontrar a informação que ele transmite, como se fosse um rótulo indicando uma coisa, a abordagem antropológica captura todo o espaço de significação em que os objetos são usados depois de comprados. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 41).

Ao longo dos estudos realizados nesta dissertação sobre os autores (2006), percebemos que o debate sobre economia e antropologia é constante em seus apontamentos, bem como a intenção de encontrar a ligação da teoria econômica e desvendar o lugar onde termina o mercado e onde inicia as relações pessoais.

Douglas e Isherwood (2006) abordam a teoria utilitarista como sendo o desejo derivado da percepção dos indivíduos sobre suas necessidades. Afirmam que a demanda de consumir comanda a produção e a produção por sua vez comanda a tecnologia, tendo esses efeitos sobre a vida humana. Considerando os resultados da tecnologia, os consumidores se agrupam, formando distintos ambientes sociais. Em debate juntamente com outros sociólogos e economistas, Douglas e Isherwood refletem sobre a origem do gosto, relacionado com as ocupações e com a renda, para alcançar a mescla de um modelo de consumo com o modelo da produção.

Na presente obra dos autores (2006), a palavra bens é tratada como mercadorias transitórias de categorias racionais. Os bens podem transmitir valor a partir de quem os escolheu, podem eles ser descartados ou substituídos. Para Douglas e Isherwood (2006) o pobre não necessariamente é pobre, pois o nível que será avaliado de pobreza ou riqueza se dá pelo seu envolvimento social e não pelas posses.

Alguns antropólogos, como Albert Hirschman (1973, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006), acreditam que o início do desenvolvimento econômico tem

relação com o sentimento universal de inveja, sendo uma emoção poderosa. Segundo Douglas e Isherwood (2006), o consumo de bens torna as pessoas sua própria manutenção. O economista Frank Knight (1923, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) entende por utilidade, a propriedade que as pessoas têm de qualquer objeto que tende a produzir algum benefício, felicidade, prazer ou até mesmo impedir a infelicidade e/ou dor.

Conforme abordado por Hirschman e Knight (1923, 1973, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006), em determinado ambiente social as relações entre indivíduos são controladas pelos mesmos através de regras que governam a igualdade e a equidade de competição entre si, dando margens para inveja controlar ainda mais tal relação. Identificamos que este sentimento de inveja existe entre os indivíduos em que a cobiça em algo que seja do outro está fortemente relacionado a um nível de competição entre as pessoas, o que é negativo para o desenvolvimento social de uma comunidade, por exemplo.

Para o economista britânico John Maynard Keynes (1942, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) quando aumenta a renda das pessoas, conseqüentemente aumentam o consumo de bens, porém não na mesma proporção que o aumento da sua renda. Já para o economista americano James Stemble Duesenberry (1949, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) o consumo não está posto como para Keynes. Duesenberry acredita que os bens estão, em geral, em uma escala culturalmente aceita de forma hierarquizada, estando à liberdade da escolha de bens de consumo relacionada a possibilidades de renda dos indivíduos.

O economista americano acredita que quanto mais alta renda de uma pessoa maior será o seu consumo, podendo satisfazer todas suas necessidades e requisitos impostos pela sociedade, podendo ainda ter valor de sobra para investir na poupança. Já aqueles cuja renda é baixa estarão sempre desembolsando, sendo incapazes de poupar. Para Douglas e Isherwood, este economista parte de uma teoria sociológica que tem princípios simples como “[...] a pressão culturalmente mediada para consumir, os limites culturais de uma população, um princípio universal de emulação social dentro de determinada cultura e a poupança como não-consumo viável depois que as pressões culturais tiverem sido satisfeitas.” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 88). Duesenberry acredita que mudanças culturais contínuas aumentam a demanda do consumo, sendo o consumo visível e a poupança oculta a uma categoria residual, ou seja, uma categoria de sobra.

Segundo Douglas e Isherwood (2006), a renda está vinculada à poupança, sendo um investimento e ao mesmo tempo um consumo a ser realizado tardiamente. Já o economista norte americano Milton Friedman (1957, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) defende a teoria da renda permanente estando essa relacionada à racionalidade dos indivíduos, em que estes façam decisões orçamentárias e programem-se para o consumo ao longo de suas vidas.

Identificamos que os diferentes economistas seguem teorias distintas e por vez complementares. No que se refere à poupança, percebemos, através de seus estudos, que as pessoas costumam guardar o que sobra de seus rendimentos mensais, já outras nem sequer tem conta bancária, como, por exemplo, parte da população pobre. Por sua vez, acreditamos que as teorias que os economistas debatem entre a relação da renda proporcionada ao nível de bens que consomem devem ser consideradas como relevante indicador para os níveis de consumo, bem como inesgotável discussão sobre o tema. Para os autores,

[...] é evidente que os bens têm outro uso importante: também estabelecem e mantêm relações sociais. Essa é uma abordagem [...] frutífera em relação ao lado material da existência, alcançando uma ideia muito mais rica dos significados sociais do que a mera competitividade individual. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 105).

Seguimos a reflexão afirmando que a função essencial do consumo é sua capacidade de dar sentido, ou seja, Douglas e Isherwood (2006) sugerem tratar as mercadorias como algo não verbal para faculdade humana de criar. Afirmam ainda que nenhum ser humano exista sem estar vinculado à cultura de sua época e lugar. “Pois, a cultura é um padrão possível de significados herdados do passado imediato, um abrigo para as necessidades interpretativas do presente.” (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 111).

A partir desta discussão, podemos estabelecer uma relação entre mercadoria útil em determinado momento da sociedade, e mercadoria passada, sem vida útil, em outro momento, sendo esta chamada de mercadoria desgastada. A vinculação entre ambas pode apresentar relação similar no momento de posse para diferentes indivíduos e em diferentes classes sociais. Para alguns, o valor simbólico de determinada mercadoria como a vida útil pode não ter o mesmo valor simbólico do que para outro indivíduo. Bem como ao contrário se trocar a mercadoria útil pela mercadoria desgastada.

As inovações são criadas e algumas permanecem, outras desaparecem. Os maiores destaques são o telefone e a televisão, citada anteriormente, criados respectivamente nos séculos XIX e XX, sendo considerados bens duráveis no domicílio. Mas com o crescimento industrial, a sociedade também cresceu envolvendo novos e mais altos custos de vida. Novas formas de bens foram criadas, bem como novas profissões para responder às demandas das novas necessidades de bens. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Considera-se procedente a reflexão dos autores, relacionando-as com a invasão de inúmeras novas tecnologias inventadas e lançadas no mercado, com frequência praticamente diária. Acreditamos que a sociedade segue a linha tecnológica de aquisição e busca por melhores técnicas de equipamentos sofisticados e práticos para o cotidiano dos indivíduos.

Conforme J. Paroush (1963, 1965, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) há uma técnica empírica utilizada para estudar o fenômeno da aquisição de bens pelos indivíduos que segue determinada ordem. Paroush acredita que a aquisição de bens se dá conforme o tamanho da família. Se um indivíduo reside sozinho, provavelmente não necessitará de determinados bens duráveis do que uma família com cinco pessoas. Determinadas aquisições podem, segundo Paroush, estabelecer o padrão geral de aquisição do domicílio. Para Douglas e Isherwood (2006, p. 182) “[...] o processo de entrada e saída de moda dos bens depende não dos caprichos dos consumidores, mas de mudanças na divisão do trabalho dentro do domicílio [...]”.

Alguns economistas que trabalham com o consumo, como parte do processo de produção de um domicílio, acreditam que o próprio domicílio é um produtor de serviços de si mesmo. A produção no início da história econômica estava ligada a produção de riqueza a partir da terra, além de ser considerada fonte de riqueza, era, também, considerada fonte de poder. Atualmente a produção está focada na tecnologia, sendo a educação um investimento em capital humano, facilitando e proporcionando vantagens para o comércio internacional (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Observamos que a tecnologia invadiu o mercado da produção de bens de consumo, tornando as populações consumidoras de mercadorias por vezes desnecessárias. O incentivo a educação tecnológica está explícito nas ruas, jornais e demais meios de comunicação, impulsionando os indivíduos a dedicarem-se a

ciência tecnológica, aumentando o nível intelectual nesta área e conseqüentemente aumentando o ciclo econômico que envolve a tecnologia em determinada nação.

A periodicidade de consumo estabelece a diferença entre as classes alta e baixa, tendo a classe alta maior *status* e menor preocupação com a frequência de consumo de bens, situação contrária estabelecida com a classe pobre de baixo *status*, tendo esta maior restrição na periodicidade de aquisições (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006). Dessa forma é possível observarmos a utilidade das mercadorias adquiridas, bem como o valor simbólico que cada bem possui conforme a periodicidade de sua compra pelos indivíduos.

Ao estabelecer o diálogo entre produção e consumo dentro das diferentes classes, faz-se necessário debater sobre os níveis e formas de emprego. Para Douglas e Isherwood (2006), há três principais setores de emprego: *primário*, vinculado à agricultura, caça, pesca e silvicultura; *secundário*, ligado à mineração e manufatura, eletricidade, gás, água e construção; e *terciário*, relacionado ao comércio, transportes, armazenagem e comunicação, financiamento, seguros, imóveis e serviços de negócios, comunidade, serviços sociais e pessoais (e outras atividades a serem ainda melhor definidas).

A partir dessas considerações sobre os setores de emprego, os autores (2006) ressaltam que “[...] há uma classe de domicílios que está bem equipada com a tecnologia doméstica mais atual de aparelhos que poupam os indivíduos do trabalho doméstico, mas que é muito fraca no terceiro nível, [...]” (2006, p. 219), ou seja, no setor terciário, podem estar nesse patamar os indivíduos pobres, que estão ausentes ou mesmo distantes dos diversos serviços elencados por Douglas e Isherwood, considerando aqui as políticas sociais.

A diferença entre nações ricas e pobres segundo os autores (2006) não está na renda privada e sim no produto nacional *per capita*, bem como pode ser diferenciado no seu sentido estrutural, tecnológico e cognitivo. Argumentam que suas estruturas são divididas entre: economias industriais urbanizadas, compostas por esferas que sustentam o crescimento industrial, sendo essas as nações ricas, chamadas por Kopytoff de sociedades complexas, abordadas a seguir; por outro lado, as nações pobres não são constituídas por indústrias, mercados e nem mesmo tendem a aumentar o crescimento industrial. Segundo Staffen Linder (1961, apud DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006) os países mais ricos tendem a comercializar-se entre si, bem como há um aumento no consumo interno desses países, o

economista explica que esse fenômeno se dava por uma demanda de consumo de bens domésticos.

As classes sociais podem ser definidas a partir de seu consumo segundo alguns pesquisadores de mercado, podendo ser divididos em três padrões diferentes de consumo: pequena escala, que consomem alto índice de alimentos; de média escala, que consomem grande parte de sua renda em tecnologia; e o de larga escala, alto consumo tecnológico e baixo consumo alimentício. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006).

Segundo Douglas e Isherwood (2006, p. 257), “[...] não ter um carro, nem telefone, nem conta bancária é sinal de um padrão de consumo de pequena escala.”. Referente ao aparelho de telefone, já mencionado, os autores destacam a relação de conexão social e de informação entre os indivíduos possibilitada por esse instrumento, podendo eles fazer contato com familiares, tratar de negócios e mesmo para assuntos domésticos.

Conforme apontado, percebemos que Douglas e Isherwood (2006) discutem um conceito de classes formadas a partir de escalas de consumo e não especificamente a elasticidade da renda dos indivíduos, mesmo que isto seja levado em consideração. Um exemplo claro trazido pelos autores (2006) é a habitação, sendo para os ricos um bem de luxo e para os pobres um bem necessário. Outro destaque entre ricos e pobres abordado pelos autores, relaciona-se ao tempo, ou seja, os pobres não estão envolvidos na mesma intensidade que os ricos na cadeia de produção, tendo o pobre mais tempo ocioso. Bem como este não tem o mesmo padrão mobiliário do que os ricos, trocando esporadicamente a roupa e demais serviços domésticos. Identificamos que o debate em torno do domicílio facilita a compreensão do mundo dos bens de consumo, ampliando para as demais esferas sociais os níveis de escala de consumo.

Douglas e Isherwood analisam a diferença de classes sociais, estando elas inseridas em países ricos ou pobres, emergentes de diferentes escalas de consumo, a mesma análise realizada por Kopytoff, ao referenciar-se a duas sociedades, o que veremos a seguir. Os autores pensam de formas semelhantes, utilizando conceitos sinônimos. Estes afirmam que as mercadorias, objetos, bens ou coisas, são trocados por valor em alguns tipos de classe social em determinada sociedade. Já em outras, tais mercadorias, objetos, bens ou coisas, são trocados por algum valor seja ele em espécie (dinheiro) ou valor simbólico.

O que se pretende afirmar a partir da reflexão de Douglas e Isherwood (2006) é que as mercadorias, independentes do nível de utilidade que se apresentam na sociedade, podem transmitir diferentes significados para distintos indivíduos.

Os autores (2006) avançam na discussão sobre bens e sociedade, trazendo ao debate a reflexão sobre o significado das coisas, ou seja, dos bens e mercadorias. Afirmam que no cotidiano social as sociedades possuem rituais já estabelecidos e reconstruídos ao longo do tempo. Para Douglas e Isherwood (2006), os bens são acessórios destes rituais da sociedade. Percebemos que os bens e objetos que tem determinado significado em certa época e lugar, ocupam culturalmente formas diferentes nas variadas sociedades. As escolhas realizadas racionalmente estão entrelaçadas ao conceito de racionalidade econômica dos indivíduos:

A escolha dos bens cria continuamente certos padrões de discriminação, superando ou reforçando outros. Os bens são, portanto, a parte visível da cultura. São arranjados em perspectivas e hierarquias que podem dar espaço para a variedade total de discriminações de que a mente humana é capaz. (DOUGLAS; ISHERWOOD, 2006, p. 114).

Para Rivers (1910, apud KOPYTOFF, 2008) as coisas possuem uma biografia, baseando-se na posse dos indivíduos perante as coisas. Segundo Kopytoff (2008), as mesmas coisas podem ter biografias diferentes em locais diferentes. Mas para analisar a biografia das coisas, o autor discute o significado de uma mercadoria:

Uma mercadoria é algo que tem valor de uso e que pode ser trocado por uma contrapartida numa transação descontínua, sendo que o próprio fato da troca indica que a contrapartida tem um valor equivalente, dentro do contexto imediato. A contrapartida, de acordo com a mesma lógica, é também uma mercadoria na hora em que foi trocada. A troca pode ser direta ou pode ser feita de forma indireta mediante dinheiro, que tem como uma de suas funções ser um meio de troca. Assim, tudo que possa ser trocado por dinheiro é, nesse momento, uma mercadoria, seja qual for o destino que lhe seja reservado depois de feita a transação [...]. (KOPYTOFF, 2008, p. 95).

A mesma troca mencionada por Kopytoff, abordada por ele como valor de uso, tem cruzamento com as falas de Douglas e Isherwood (2006) que vinculam o consumo e a renda, avançam na discussão afirmando que o consumo tem relação visível com a distribuição de renda, com a exclusão e que caminha em direção a uma política social. Nesse mesmo cenário a relação entre pobres e ricos está

vigente, estabelecendo o nível de consumo conforme a renda dos indivíduos. Verificamos a diferença de classes sociais através de seus bens e da possibilidade que ambas as classes tem de poder de aquisição, estando nítida esta afirmação quando observado o cotidiano de vida dos indivíduos de tais classes.

Porém Douglas e Isherwood (2006) exemplificam a comida como necessidade básica, sendo esta uma categoria de bens adquirida pelos pobres mais do que pelos ricos. Para haver comunicação entre os homens, estes, por sua vez precisam de bens, os quais são usados para marcar e estabelecer um sentido de classificação, sendo eles “[...] dotados de valor pela concordância dos outros consumidores.” (2006, p. 123).

Identificamos que Kopytoff (2008) expõe a comercialização de mercadorias tanto em sociedade não-monetarizadas como em sociedades monetarizadas, assim chamadas por ele. Observamos que as coisas ganham mais valor moral nas sociedades de trocas não-monetarizadas do que nas sociedades monetarizadas. Já para Douglas e Isherwood (1980, apud KOPYTOFF, 2008) nas sociedades monetarizadas as coisas também tem valor, porém é um valor discriminador, podendo ser esses critérios de discriminação os mais variados possíveis.

Percebemos que para Kopytoff (2008), as sociedades complexas são as sociedades monetarizadas ou mesmo ainda as sociedades comercializadas, onde a cultura pública dessa sociedade fornece uma amplitude da mercantilização. O debate que o autor ainda ressalta é o de que a mercantilização nas sociedades complexas é orientada pelos indivíduos, categorias sociais e grupos. A singularização das coisas é um processo dinâmico que perpassa pelas sociedades complexas. Kopytoff (2008) exemplifica esta singularização das coisas citando: selos, revistas em quadrinhos e, até mesmo, carros, que em determinado período tiveram um valor, mas com o passar dos anos assumem outro tipo de valor, podendo estes ser colecionados, tendo então a sua singularização. Para Kopytoff (2008) existe um conflito entre a mercantilização e a singularização nas sociedades complexas, tal conflito está implícito nos indivíduos, causando, nestes, anormalidades inclusive de inconsistência de valores das coisas. Tais valores transformados estão presentes em pequenos grupos e em redes sociais.

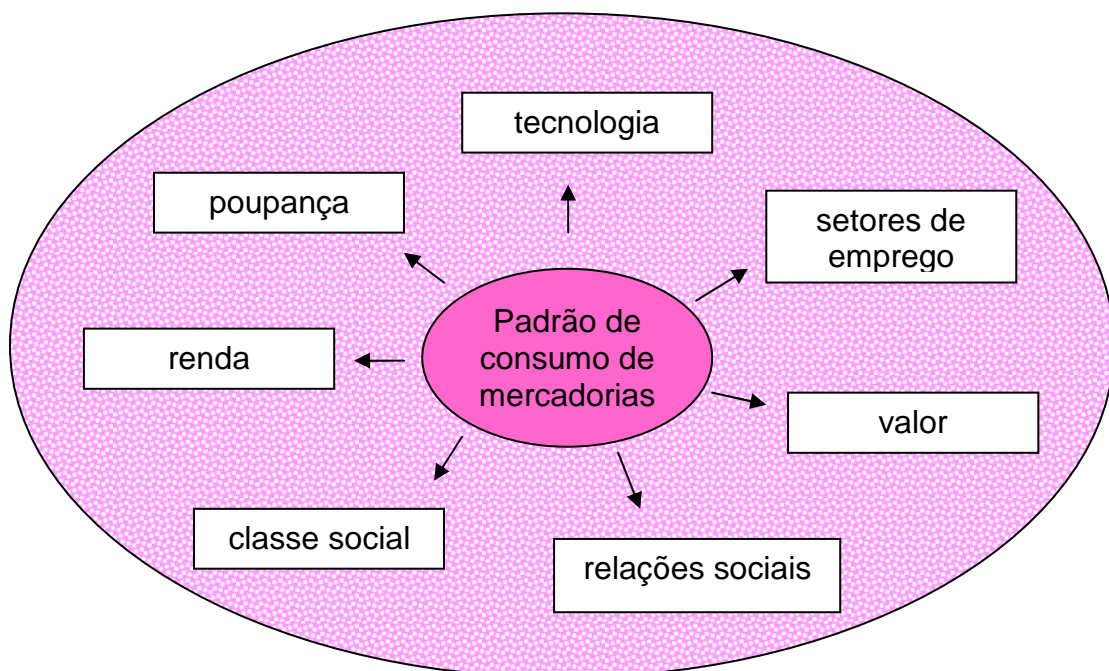
Assim, percebemos que a articulação feita por Kopytoff (2008), focaliza-se no diálogo entre duas sociedades, analisando suas identidades, indivíduos e biografia das coisas que dela pertencem, além de refletir sobre o valor das coisas em

diferentes contextos sociais. Identificamos que visões distintas e as atribuições de valores dadas às coisas têm relação inicial e fundamental com o cognitivo individual e coletivo do sujeito, nesse caso do grupo social, sendo introduzidas a partir de indivíduos e pelos próprios grupos sociais.

Muitas coisas 'coleccionáveis' como latas de cerveja também vivem esse paradoxo: conforme vão sendo transformadas em algo singular e mais atraente para colecionadores, ganham valor; e quando se tornam valiosas, adquirem um preço e se transformam numa mercadoria, o que de certa forma sabota a sua singularidade. (KOPYTOFF, 2008, p. 110).

Abaixo segue a figura 4, elaborada a partir de Douglas e Isherwood (2006), exemplificando destaques da compreensão entre a renda e a resignificação do material.

Figura 4 – Órbita das variáveis de consumo



Fonte: Elaborado pela autora, 2013.

Podemos perceber que as relações entre os vários segmentos inseridos na mesma esfera, simbolizam a articulação entre os padrões de consumo e a resignificação que as mercadorias, objetos, bens ou coisas representam nesse universo.

A seguir damos seguimento ao trabalho debatendo principalmente a vivência das coletoras de materiais.

3.1 O Empirismo Retratado Pelas Coletoras de Materiais de Gravataí/RS: aspectos relevantes para discussão

O que fica claro é que toda mercantilização se dá através da troca, independente da sociedade em que está. Seja nas sociedades de pequena escala ou nas sociedades complexas, ambas constroem indivíduos e coisas. Nas de pequena escala as identidades sociais estão mais voltadas às regras culturais, já nas sociedades complexas as identidades sociais são mais conflituosas, podendo haver inclusive incerteza de tais identidades.

Em meio à singularização das coisas, será abordado a seguir o empirismo vivenciado por mim através da observação participante realizada com as coletoras de materiais, no período estimado para coleta de dados. A exposição empírica inicia-se na sequência em que foram realizadas as observações. A seguir abordamos sobre as histórias de vida em forma de texto.*

A vivência dessas coletoras é apresentada pela vulnerabilidade social e econômica pela qual passam, juntamente com suas famílias. Sr.^a Carmem, de 61 anos de idade, cursou até a 2^a série incompleta do ensino fundamental, conseguindo com esta escolaridade trabalhar com a coleta de materiais. Reside em local precário, sem infraestrutura alguma, juntamente com seu companheiro e sobrinho, sendo este também trabalhador da mesma atividade.

Já Sr.^a Dione, de 48 anos de idade, conseguiu avançar um pouco mais nos estudos, atingindo até a 5^a série do nível fundamental. A coletora, que reside com seus filhos e neta, tem uma saúde debilitada o que dificulta a realização da atividade de coleta com mais frequência.

Sr.^a Leopoldina, de 56 anos de idade, estudou até a 3^a série do ensino fundamental, reside sozinha em uma casa de madeira, região onde não há saneamento básico, agravando a saúde da população. Suas filhas que moram nas proximidades estão presentes no cotidiano da coletora.

Maria Eloísa, com 46 anos de idade, reside com seus filhos e estudou apenas a 1^a série do nível fundamental. Como as demais, reside em casa precária e pode contar com a presença de suas outras filhas que residem próximo.

*Embora não trabalhamos com histórias de vida, consideramos importante resumir aqui aspectos comuns das trajetórias dessas coletoras para melhor apreensão dos elementos discutidos no texto.

E a Sr.^a Rute, de 30 anos de idade, que mora com seu marido e filha, à beira de um arroio, estando sua casa em risco de desmoronamento. Quando não está coletando material, a mesma exerce a atividade de diarista para complementar a renda familiar.

A partir dos relatos das histórias de vida mencionadas acima identificamos que há uma discrepância entre as idades das trabalhadoras, variando entre 30 a 61 anos de idade, que também se relacionada aos dados do IPEA (2011), demonstrados anteriormente. A escolaridade é notadamente baixa, variando entre a 1^a e a 5^a série do ensino fundamental, não atingindo o nível completo de escolaridade básica. Em relação à profissão todas elas se denominam profissionais 'catadoras', com ressalva para uma delas, que ainda faz faxinas para aumentar a renda familiar. A composição familiar varia entre quem reside sozinha e quem tem mais pessoas na casa, aumentando assim a família.

A primeira mulher a ser observada foi a Sr.^a Carmem. Ao chegar à residência da entrevistada no dia 25 de julho, conforme agendado previamente, aguardei alguns instantes para ela sair de casa e a acompanhei ao longo do caminho da coleta. Sr.^a Carmem costuma sair para coletar na parte da manhã, em torno das 8h.

A coletora afirma que trabalha com esta atividade há 12 anos e que desde então pertence ao Movimento Nacional dos Catadores, este, por sua vez, tem uma das sedes no município de Gravataí/RS. Segundo ela, os filiados ao Movimento têm plano de saúde, recebem uma cesta básica de alimentos (aproximadamente todos os meses) e salário fixo igual para todos (nem todos os meses recebem). Conforme relatos da Sr.^a Carmem a mesma participou de todo processo de implantação, desde o início do movimento no município. Ela afirma que foi muita luta para conseguir as conquistas que hoje estão vivenciando. Segundo ela, o Movimento vai dar casas para os cooperados, não soube dizer quando será, mas já viu as plantas em reuniões.

Devido à necessidade familiar, Sr.^a Carmem começou a coletar de forma precária, depois passou a utilizar carrinhos mais espaçosos para seu material, como carrinho de mão e os próprios carrinhos entregues pelo movimento. Ela afirma que não é apenas chegar ao movimento e ir coletando o material pelas ruas, e sim, passar por uma capacitação "[...] nós tivemos aqui a nossa formatura, que eu sou formada nos catador né! Não é assim... ir e já ir direto, tem que aprender e ouvir as palestras [...]". (sic)

A coletora percorre apenas as ruas e os bairros próximos de sua casa, devido a problemas de saúde. No primeiro percurso, Sr.^a Carmem não pegou algo que lhe interessasse, além de latinhas, garrafa pet e algumas latas de tinta que um vizinho lhe entregou. Em um dos lixos que abriu identificou comida para seus cães. Comentou que cortou as mãos alguns dias atrás e que o galpão, movimento do qual se refere, não concedeu luvas. Vale ressaltar que Sr.^a Carmem é a única trabalhadora que pertence a um galpão de reciclagem, neste caso, o Movimento Nacional dos Catadores, conforme abordado. A mesma abre as sacolas e coleta o que lhe interessa e em seguida fecha as sacolas, não as deixando abertas.

De forma contrária, segundo estudos de Martins (2003) sobre os galpões na Região Metropolitana de Porto Alegre, esses fornecem Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e, mesmo assim, a grande maioria de trabalhadores não os utiliza, sendo constante o número de acidentes de trabalho, principalmente, com cortes nas mãos ocasionados por vidros. As luvas são os equipamentos mais comuns quando utilizados. Ressalta que apenas na Associação de Recicladores de Dois Irmãos, localizada na cidade de Dois Irmãos/RS, é rotineira a prática de utilização dos EPIs por parte dos associados.

Ao analisarmos as fotos de Achutti (1997), percebemos que algumas mulheres utilizam proteção individual para lidar com o material, como luvas, já outras não. Identificamos semelhança no estudo realizado em Gravataí/RS, pois nem sempre a utilização de luvas é vista como forma de proteção por parte das mulheres.

Em outra casa, uma Senhora lhe deu uma sacola de roupas, a coletora comentou que irá doar algumas na Igreja que frequenta. No mesmo percurso, um funcionário da madeireira lhe deixou garrafas pets e papelão, ela colocou o material no carrinho de mão que utiliza e entrou no comércio para tomar um cafezinho. Então fomos até sua casa e a Sr.^a Carmem atirou para o outro lado do muro, para o interior do pátio, o material coletado e doado.

Chamou-nos atenção que a Sr.^a Carmem é bem comunicativa, cumprimentava a todos que por nós passavam, conversando com alguns em determinados momentos, como por exemplo, os vizinhos mais próximos.

Já no segundo percurso, outra vizinha lhe deu cinco sacos pretos, dizendo que era para ela ver o que queria. Ela prontamente pegou-os e disse: “Às vezes, acho doce e como, é bem limpinho. Eu conheço a vizinha” (sic). Para esta Senhora, comer alimentos encontrados nos materiais que coleta é normal: “Eles me ajudam

com coisa da reciclagem, e às vezes comida, às vezes dão comida. Comida boa que dá prá mim aproveitar, limpinha né, tudo diretinho ali. E eu aproveito em casa, claro a gente é pobre e aproveita. Coisa direitinha, limpinha e organizada né”. (sic).

Em um dos primeiros sacos, Sr.^a Carmem achou um notebook infantil, apresentado na figura abaixo, e um ursinho de pelúcia, esses serão doados para crianças que conhece. No material ao lado, Sr.^a Carmem achou mais comida para seus cachorros, que a acompanham, chamando-os para comer. Outra vizinha lhe entregou uma sacola onde tinha sal fino e grosso, que segundo Dona Carmem irá usar.

Figura 5 - Notebook infantil



Fonte: elaborado pela autora.

Ao longo do percurso, conversamos assuntos como a falta de água encanada. Sr.^a Carmem tem que esquentar água no ‘panelão’ (sic), pois não tem saneamento básico onde mora, nem mesmo chuveiro para tomar banho. “E aí eu levo minha vida assim né... a Sr.^a sabe que eu levo minha vida assim né! Do jeito que ela me levar né.... hahahahaha” (sic)

Ainda relatou que fez cursos no SENAI, os de servente e carpinteiro. Sr.^a Carmem cumprimenta novamente a todos que conhece. Além destes comentários, referiu que não recebeu o valor equivalente a seu trabalho no galpão e, por isso, solicitou-nos alimento, respondemos que deve solicitar para outra colega que lhe

acompanha. Caso não consiga os alimentos pelo CRAS irá solicitar ao Centro Espírita.

Referente ao material que coleta, Sr.^a Carmem relatou que roupas íntimas são difíceis de conseguir, na maioria das vezes ela mesma tem que comprar.

Assim, podemos observar que Sr.^a Carmem ressignifica os materiais que coleta durante o seu trabalho, dando a eles uma nova função de uso a partir de sua vida. A coletora acha no lixo desperdiçado pela população “[...] roupa boa, porque além de me favorecer, favorece a minha família, porque eu dei um monte pra minha família. Roupa tudo direitinho, dobradinho, tudo limpinho, assim eu pego pra mim”. (sic) Ao ser questionada sobre o que significa o material que coleta, a mesma responde ser o “[...] pão de cada dia”. (sic)

Ao chegar a casa, Sr.^a Carmem separa

[...] tudo individual [...]. Vou separando tudo. Garrafa com garrafa, papel com papel, papelão com papelão, papel branco com papel branco, tudo separadinho, tudo organizadinho. Já vou embergando nos berg grande, já vou embergar. E nós pegamos também, que eu não lhe falei, aquele isopor branco. Nós pegamos porque tem valor prá nós, é dinheiro que entra. Tudo que tem valor tem dinheiro né, no fim do mês. (sic).

Podemos relacionar a atitude da Sr.^a Carmem com a pesquisa de Martins (2003), quando esta trás que muitos catadores trabalham com os materiais provenientes do lixo por causa do alimento que encontram para seus animais, nesse caso os porcos.

A relação que Sr.^a Carmem estabelece com a política de assistência social se dá no tratamento que as pessoas recebem no CRAS. Segundo ela, todas as pessoas são tratadas de maneira igualitária, com muita atenção e carinho. A mesma procurou pelo CRAS há cinco anos, quando estava enfrentando problemas e, desde então, não se desvinculou do espaço. A referida senhora não identifica alguma melhoria que o CRAS possa realizar para melhorar sua profissão.

A próxima coletora que acompanhamos foi a Sr.^a Dione, porém a mesma não foi coletar material devido a inúmeros problemas que surgiram como, por exemplo, doença tanto nela e quanto no cavalo, bem como a não colaboração do tempo, havendo muita chuva. Conseguimos registrar um dos dias que a Sr.^a Dione havia coletado material anteriormente, conforme mostra figura 6.

Figura 6 - Pátio com material para ser classificado



Fonte: Elaborado pela autora.

Na entrevista, Sr.^a Dione afirma que começou a coletar de carretinha, mas logo ganhou uma carroça de seu filho. A mesma trabalha há aproximadamente seis anos com esta atividade, começou a coletar devidas as dificuldades financeiras para manter seus filhos, que na época eram menores de idade. Mesmo tendo uma empresa e um mercado fixo no qual Sr.^a Dione costuma pegar material, ela ainda coleta nos bairros próximos de sua casa, já outros são mais afastados. No verão tem o hábito de sair cedo de casa, em torno das 6h30, já no inverno costuma sair no período da tarde, por volta de 13h30.

Existem alguns materiais que a Sr.^a Dione pega para uso interno de sua casa como, por exemplo, “Quando tem coisa útil, aí eu uso, porque essas coisas que eu tenho dentro de casa é mais da carroça né. As pessoas me dão as coisas [...] Prato, talher, copo, xícara, até alumínio também, que vale a pena, que não é estragado, aí eu uso” (sic) Afirmou ainda que sente-se bem coletando os materiais, gosta da atividade que realiza.

Segundo a coletora a mesma não consegue manter as necessidades de sua família, seus filhos precisam trabalhar para auxiliar nos gastos domésticos.

Não identifica relação entre a profissão e o CRAS, somente agora com o projeto de intervenção de uma estagiária de Serviço Social, realizado em 2014, e com esta pesquisa. Acredita que agora o CRAS está começando a valorizar sua

atividade profissional. Não identifica melhorias que o CRAS possa fazer na profissão que assume.

Na tarde do dia de 23 de setembro realizamos a observação participante com a Sr.^a Leopoldina, conforme havíamos combinado. Ao chegar a sua casa, identificamos a dificuldade da mesma em retirar do pátio a carretinha, assim chamada por ela, este é o local em que deposita os materiais que vai coletando ao longo de sua caminhada.

Sr.^a Leopoldina começou a coletar material por não conseguir trabalho em outro lugar, nem mesmo faxinas, como afirmou. A mesma tem problema na coluna e nos joelhos, o que dificulta sua mobilidade para algumas atividades.

A coletora foi em direção a um bairro chamado Canarinho, em Cachoeirinha/RS, município vizinho a Gravataí/RS. Segundo ela, neste bairro consegue mais material. A mesma tem uma relação social restrita no bairro Canarinho, apenas uma das casas lhe concedeu alguns materiais, os demais foram todos retirados das lixeiras por onde passava. A mesma relata que ficou seis meses sem coletar, estando parada com suas atividades devido problemas de saúde e na carretinha, que estava com a roda estragada.

A pesquisada percorreu as ruas nos dias de lixo seco, conforme calendário da coleta seletiva do município. “Eu vou indo com a carrocinha e eu vou catando na rua” (sic). Segundo ela, coleta perto de um mercado onde depositam bastante papelão. “É pega só o que vou usar, senão dá muito lixo.” (sic). A coletora afirmou que quando não localiza material suficiente para venda, percorre outros caminhos, mesmo que dê voltas em torno do mesmo lugar. Comentou que pegou da rua materiais como estante de sua sala, mesinha, cadeiras, forno pequeno, flores de plástico, panela, “[...] enfeitizinhos, coisardinha”. (sic)

Leva junto um pedaço de madeira, sendo este um cabo de vassoura para espantar os cachorros que a ameaçam, leva-o dentro da carretinha. “Tem que dá prá juntar, mas os cachorros estão soltos”. (sic).

Inicialmente, Sr.^a Leopoldina relatou algumas histórias que já me havia contado como, por exemplo, da humilhação que passou com uma senhora, certa vez.

Tem muitos que passam pela gente, faz cara de nojo porque a gente tá catando né?! Faz pouco causo [...] Então uma vez teve uma senhora lá, há pouco tempo, e eu fui pegar as garrafas pet assim que tava no chão, e os

cachorro tinham derrubado o saco de lixo na beira de onde ela tinha pendurado e bem na hora ela chegou com o carro, e ela achou que tinha sido eu que tinha rasgado, e ela disse tanta coisa, tanta coisa. Bah eu vim assim com aquele pensamento na cabeça. A gente passa tanta humilhação dessa maneira. (...) Mas ela me desaforou tanto, tanto... aí eu cheguei em casa chorando e falei prá minha guria: bah a gente passa tanta humilhação nisso aí que eles não pensam que a gente tá catando (sic).

Falou também de um episódio em que ganhou três bolsas de uma senhora e, dentro de uma delas, continha o valor de R\$ 100,00 (cem) reais, Sr.^a Leopoldina o devolveu prontamente à senhora que lhe deu as bolsas.

A pesquisada falava pouco, pois observamos que estava muito atenta a todas as lixeiras por onde passava, com objetivo que coletar material que lhe interessasse.

No seu percurso, a Sr.^a Leopoldina abria os sacos plásticos, verificava o que tinham dentro, coletava se fosse o caso e depois os fechava, colocando-os no mesmo lugar. Em alguns momentos, percebemos que demais pessoas que ela encontrava aleatoriamente pelo caminho lhe entregavam material, como, por exemplo, no momento em que um homem que estava trabalhando em um caminhão de bebidas entregou a Sr.^a Leopoldina uma garrafa pet branca (vazia).

Comentou ainda que no inverno a coleta piora, pois há pouco material. Entre os meses de setembro até antes da semana do Natal, consegue coletar muitos materiais: “[...] as vezes, no verão dá quase um bag⁷ de litro em uma viagem” (sic). A partir do Natal, as pessoas vão para a praia, o que enfraquece os materiais depositados nas lixeiras.

Ao ser questionada se as pessoas estão separando o material, a mesma afirma que há pouca separação por parte da população, o que dificulta inclusive para as pessoas que trabalham nessa atividade.

Em outra de suas histórias, relatou-nos que havia um senhor que separava o material da empresa em que trabalhava e fornecia a ela, mas por ficar afastada da função, este senhor passou a entregar o material para outras pessoas que trabalham com a coleta.

Mesmo parando algumas vezes, por estar com dores nas costas, além de empurrar a carretinha – que é pesada, pois a seguramos uma única vez – foram

⁷ Em inglês esta palavra refere-se a um saco grande, no caso das coletoras são sacos enormes, em que acomodam uma quantidade considerável de material.

totalizadas 52 parada nas lixeiras, sendo que deste total foram coletados os seguintes materiais, aproximadamente contabilizados:

Quadro 2 – Material Para Venda e Preços

Material para venda e seus respectivos preços				
Garrafa PET	Verde 27	R\$ 1,00 Kg	Branca 32	R\$ 1,15 Kg
Plástico	Colorido 10	R\$ 0,10 Kg	Branco 11	R\$ 0,50 Kg
Plástico Seco	x	R\$ 0,10 Kg		
Papel; papelão; jornal; revistas	22	R\$ 0,15 Kg		
Latinha	6	R\$ 2,00 Kg		
Lata (ervilha, Nescau, tomate)	x	R\$ 0,10 Kg		
Alumínio	2	R\$ 2,00 Kg		

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 3 – Material De Uso Próprio

Material para consumo próprio
Roupas
Par de tênis (infantil)
Cortinas

Fonte: Elaborado pela autora.

Na oitava vez que parou a mesma achou três sacos de roupas, mas apanhou apenas dois. Segundo ela, irá ver as roupas e distribuir para netos (as), filhos (as) e para si mesma. Na décima nona vez que parou nas lixeiras, encontrou um par de tênis infantil, abaixo apresentado através da figura 7, que, segundo Sr.^a Leopoldina, irá dar para seu neto.

Figura 7 - Par de tênis infantil que será doado ao neto da coletora



Fonte: Elaborado pela autora.

E, na vigésima vez, no outro lado da rua, encontrou algumas cortinas, conforme figura 8, que, segundo ela, irá colocar em sua casa. Assim, percebemos que a coletora ressignifica alguns dos materiais que são desperdiçados pela população, usando para si e para os outros, neste caso para sua família.

Figura 8 - Cortina que será utilizada na casa da coletora



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Sr.^a Leopoldina a renda mensal que consegue com a venda do material que coleta é de aproximadamente entre R\$ 180,00 (cento e oitenta reais) a R\$ 190,00 (cento e noventa reais), o que representa a situação de vulnerabilidade social em que esta coletora vive. Segundo ela mesma “Eu tenho que seguir com aquele pouco que tem. O dia que dá prá compra tudo tem, o dia que não tem, tem que passar. [...] A gente tem que se contentar: o pobre” (sic). A mesma tem suas filhas que residem próximo, mas não pode contar com o apoio integral delas, pois também vivem em situação de vulnerabilidade social.

Quase na chegada de volta a sua residência, passaram duas carroças cheias de material, bem como um senhor em uma bicicleta, também contendo material em vários sacos grandes. Foi quando questionamos se a referida senhora já teve cavalo, ela contou-nos a história de que não, nunca teve. Falou ainda que a carretinha foi comprada em pedaços, pois foi mais barato, primeiro comprou a armação, depois o genro comprou a parte do suporte no ferro velho e, por último, comprou as rodas.

Por ser retorno e passar pelas mesmas ruas, questionamos se olhava novamente nas ruas e lixeiras a fim de encontrar algo, Sr.^a Leopoldina respondeu que não, somente se tem algo que chame muita atenção. Também relatou que certa vez ganhou um colchão de um vizinho. Neste momento, aproximou-se um senhor e lhe falou que compra material, indicando a ela o lugar de compra. Questionamos se ela irá procurá-lo, afirmou que não, pois todos têm o mesmo valor de venda. Segundo ela, quando o comprador vem buscar o material, ela contém de oito a nove *bags* cheios.

Ao chegar a sua casa, Sr.^a Leopoldina afirmou que “Reciclo, separo tudo, o que é papel de uma cor, o que é plástico, o que é pet, o que é ferro, tudo separado, aí só vem buscar” (sic).

Referente à política de assistência social, Sr.^a Leopoldina afirma que os trabalhadores desta política

[...] sabe valoriza as pessoas, eles não olham diferente, já na rua não!” (sic)
Não soube dizer o que a política pode auxiliar na sua atividade de coleta:
“Ah eu até nem sei o que que pode. Já com esses troquinhos que eu tô

pegando, tá me ajudando muito. Então, esse já é uma melhora que entrou prá mim⁸ (sic).

E então nos dirigimos até sua casa com a carretinha lotada de material, conforme está apresentado abaixo. Nesse dia, Sr.^a Leopoldina não mais irá trabalhar com o material, somente no dia seguinte, realizando a separação dos mesmos.

Figura 9 - Carretinha cheia de materiais coletados no trajeto



Fonte: Elaborado pela autora.

A próxima coletora entrevistada e observada foi a Sr.^a Maria Eloísa. Ao chegar a sua casa, também em horário previamente agendado, às 06 horas da manhã, a mesma convidou-nos para entrar e tomar um café, afirmou que o trabalho será longo, sem previsão de horário para retorno.

Na sequência, foi atender sua filha e filho solicitando que os mesmos levantassem, a menina para ir à escola e o menino para encilhar o cavalo. Enquanto isso aguardamos na rua. A entrevistada retirou o restante do que tinha em sua carroça para colocar outros materiais, afirmando “Quero comprar um presentinho para minha guria, daí tem que suar a camisa”. (sic). Sr.^a Maria estava se referindo a comprar um brinquedo para sua filha que faria nove anos nos próximos dias.

⁸ A coletora se referiu a um programa municipal, no qual a família é acompanhada e recebe o valor de R\$ 120,00 reais mensais por um período de um ano.

Então, fomos com a coletora para o trabalho. A primeira vez que subimos em uma carroça foi naquele momento. Fomos pelas ruas do bairro e a Sr.^a Maria Eloisa pegava algumas coisas que via, como garrafas pet e potes de produto de limpeza. A coletora realiza essa atividade há aproximadamente dez anos, tendo como motivo não ter “coisas” (sic) dentro de casa. Ela percorre o mesmo caminho, indo até o município ao lado, Cachoeirinha/RS e, aos sábados, há casas fixas onde busca material.

Ao longo do percurso, a Sr.^a Maria Eloisa ia contando um pouco de sua trajetória de vida, os casos que sua família já passou, bem como sua vivência como catadora, além dos inúmeros lugares de trabalho que já passou, sendo ela vendedora de picolé e rapadura; doméstica; limpadora de pátio, e até mesmo trabalhadora em obras, onde relatou ter feito uma calçada. Afirmou que gostaria de trabalhar com sapatos novamente, mas por ter pouco estudo não consegue. Quando iniciou como coletora foi com um carrinho de mão, depois com um carrinho de bebê, seguido de uma carretinha, para então somente depois conseguir comprar a carroça.

Também contou a história de um assalto que quase sofreu. Segundo ela, um rapaz começou a correr atrás de sua carroça para roubá-la, questionamos o que exatamente ele queria, ela afirmou que ele queria a carroça, não o material. Explicou que as carroças variam de R\$ 4 (quatro) a R\$ 5 (cinco) mil reais, e o cavalo em torno de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais).

Segundo ela, coletar vidro e papelão não está sendo proveitoso economicamente, por isto achou melhor não pegar. Mas como este dia o trabalho estava fraco, achou melhor pegar o papelão. Observamos que a coletora olhava para todas as lixeiras com muita atenção, para ver o que podia aproveitar. Ela andava alguns metros e depois parava com a carroça, descia da mesma, coletava e colocava o material na carroça e no *bag*. Afirmou que se não está bom em um bairro, vai para outro. Ao longo do percurso, Sr.^a Maria Eloisa cumprimentava algumas pessoas, uma delas é seu irmão que também trabalha como coletor.

Na metade do percurso, a coletora apenas encontrou uma cerda de vassoura, como a figura 10 apresenta, que conforme ela irá aproveitar para si, sendo apenas este material a ser utilizado por ela. Segundo ela se “[...] ganha alguma coisa que me serve eu trago pra casa” (sic).

Figura 10 - Cerda de vassoura que irá reaproveitar



Fonte: Elaborado pela autora.

Em uma das casas por onde passamos, foi questionado se ela queria um fogão, a mesma respondeu que sim, pois irá vendê-lo no ferro velho.

Ela comentou que em torno das 3h30 da madrugada é o horário ideal para coletar material, porque “[...] aí pega coisa boa [...]” (sic), considerando que as pessoas colocam fora, à noite. Afirmou ter medo de sair neste horário e que às vezes sai em torno das 5h30, quando o dia está amanhecendo.

Mais para o final da trajetória, ela iniciou a coleta de papelão, pois considerou que estava fraca a coleta dos outros materiais, afirmando que iria “[...] começa a catar papelão, tá feia a coisa” (sic).

Em um dos bairros que passamos, Sr.^a Maria Eloisa se referiu às casinhas, que compreendemos ser as lixeiras da coleta seletiva de lixo colocadas pela prefeitura. A coletora reclamou, pois não consegue pegar o material que é depositado, sendo as lixeiras muito compridas. Ao passarmos por uma lixeira, identificamos que são apenas para lixo orgânico, informação que Sr.^a Maria Eloisa não tinha. Percebemos a falta de informação dessas pessoas, havendo um distanciamento da política pública e desta categoria profissional.

A Sr.^a Maria Eloisa afirmou que as pessoas colocam ali garrafas pet entre outros lixos secos que poderiam ser coletados pelos catadores. Assim, chegamos

juntas à conclusão de que as pessoas é que estão erradas em colocar o lixo dessa forma, e não a prefeitura, como Sr.^a Maria Eloisa estava pensando.

Passando em frente a uma oficina de carros, havia inúmeros galões de plástico que puderam ser coletados por ela com a autorização do dono da oficina. A coletora ficou feliz, pois a carga de material que conseguiu foi boa para o dia, podendo até mesmo voltar para casa, devido à carroça ter ficado cheia. Apenas afirmou que deveria ter trazido a corda que sempre costuma levar para amarrar os galões de plástico, assim, ela teve que colocá-los em várias sacas de arroz que consegue quando vende os materiais. Foi quando, após coletar, afirmou “Não sei onde eu tô, mas catador é assim, onde tem a gente vai” (sic).

Sr.^a Maria Eloisa afirmou que cuida bem de sua égua, chamada Princesa. Quando a comprou não era tão bem cuidada como hoje, ela a alimenta com milho e pasto. Tem uma cocheira que quer aumentar de tamanho, pois a égua derruba muito milho no chão, desperdiçando-o. Segundo ela, troca a ferradura do animal uma vez por mês, no valor de R\$ 35,00 (trinta e cinco) reais.

Percebemos que a Sr.^a Maria Eloisa perguntava às pessoas se tinham garrafas para doar, isto aconteceu três vezes. Ela também pediu água para vizinhos, pois não costuma levar de casa e, segundo ela, mesmo assim há pessoas que negam água.

A coletora afirmou que sua casa é montada somente com material que ganha das pessoas, desde móveis a eletrodomésticos, até mesmo roupas e calçados. Ao ser questionada sobre o que faz com o material que ganha, a mesma afirmou: “Ah, a gente faz muita coisa, o que serve prá gente a gente leva prá gente” (sic).

Em uma das casas por onde passamos, uma Sr.^a a chamou explicando um lugar que poderia pegar resto de material para descarte. Segundo ela, não faz frete, fez apenas uma vez e foi explorada por quem a contratou. Sr.^a Maria Eloisa também afirmou que passa por muita humilhação, as pessoas não a respeitam, as crianças dizem “Mãe, lá vem a lixeira. A lixeira tá passando” (sic) Com esta fala percebemos o significado que as coletoras representam para algumas esferas da sociedade.

Ao ser questionada sobre o que acha de um eco ponto, a mesma respondeu que acredita ser bom para quem trabalha com todo tipo de material, local onde possam depositar o que não querem mais.

Sr.^a Maria Eloisa afirmou que sai com sol e com chuva, que não tem tempo ruim. Costuma sair todos os dias e, aos sábados, vai a casas de pessoas fixas que

costuma coletar material, conforme dito anteriormente. Acredita que com a coleta de material consegue manter as necessidades básicas de sua família.

Ao ser questionada sobre a relação entre o CRAS e sua profissão, bem como qual melhoria o serviço poderia fazer, a mesma nem sequer sabia qual o trabalho realizado no espaço público, apenas de que “Eles atendem bem lá. Eles atendem a gente que cata que nem as outras pessoas que não cata. Somos tudo a mesma coisa prá eles lá. Eu gosto até quando eu vou lá, a Assistente Social toda vez que vem aqui” (sic). Foi então que tivemos a oportunidade de explicar melhor o trabalho realizado.

Enquanto melhorias, Sr.^a Maria Eloisa acredita que deve haver uma conscientização por parte das pessoas, que essas possam de fato utilizar os containers de lixo espalhados pela cidade de forma correta, com o devido objetivo central, podendo facilitar a coleta de materiais por parte dos coletores.

Ao chegarmos a sua casa, ela descarregou a carroça, demonstrado abaixo pela figura 11, e foi novamente fazer outra viagem para buscar uma bicicleta.

Figura 11 - Chegada em casa com material coletado



Fonte: Elaborado pela autora.

Segundo Martins (2003), também registrou nas entrevistadas que realizou nas associações pesquisadas, a importância que a profissão de coletor de material tem, pois é fundamental para possíveis transformações ambientais, sendo os mesmos considerados por algumas pessoas como agentes ambientais. Além de respostas

associadas com o meio ambiente, foi possível relacionarmos a profissão com a falta da garantia de renda para essa população que sobrevive desta forma.

A última observação participante foi com o casal Rute e Marcos. Na manhã combinada, chegamos e cumprimentamos o casal que estava em frente à casa. Fomos ao local onde os *bags* normalmente ficam depositados, a alguns metros da casa do casal. Rute sai para coletar material normalmente no horário da manhã, nos bairros próximos e longe de sua casa e, até mesmo, na casa de pessoas que a telefonam. Afirma pegar “[...] só o que eu vou aproveitar, eu pego e abro aquele saco ali. Eu pego a garrafa, o lixo seco mesmo. Aí amarro e deixo o restante ali” (sic), se referindo ao momento que coleta.

Ao voltar, Marcos, seu companheiro, lhe auxilia na separação dos mesmos, selecionando alguns dos materiais para posterior venda em seu brick. “É nós dois. Ele lida com o brick, daí aquela parte que é mais difícil dói muito as costas, é com ele. Eu acho bem melhor eu só fazer a coleta, só trazer, porque é bem mais cansativo” (sic).

Rute afirmou que sua profissão é catadora, às vezes realiza algumas faxinas. Iniciou sua profissão há aproximadamente dez anos e é muito feliz e satisfeita com o que faz, além de precisar deste dinheiro para sobreviver. Antes de trabalhar com a coleta de material, Rute tentava se manter apenas com faxinas, e procurava por outras atividades com carteira assinada, mas não conseguia devido à baixa escolaridade.

Ao chegarmos observamos que havia materiais espalhados pelo chão, como garrafas pet, potes diversos, computador, cadeiras, etc., conforme está nas figuras a seguir apresentadas:

Figura 12 - Pátio com material espalhado, antes da classificação



Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 13 - Pátio com material espalhado, antes da classificação



Fonte: Elaborado pela autora.

O casal começou a separar tudo que estava por ali, colocando os materiais separados: *bag* de pet verde; *bag* de pet transparente; *bag* de plásticos diversos coloridos, como: potes, caixa acoplada, etc; *bag* de plástico duro.

No momento em que faziam a seleção, um dos *bags* furou e Marcos precisou arrumá-lo. Na medida em que colocavam o material nos *bags*, também arrumavam os mesmos, conseqüentemente acomodando mais material.

Todo material classificado, bem como os que já estavam nos *bags*, é o acúmulo de três meses de trabalho, para então poderem vender para o caminhão que faz a coleta específica. O casal explicou que ao longo da semana é que juntam o material e colocam no pátio, para que na sexta-feira possam separar.

Tinha também outras classificações como: madeira, vidro e latas de alumínio. Havia tanta agilidade nas mãos que pegavam três garrafas ao mesmo tempo. No momento da separação, Marcos encontrou uma garrafa de 5 litros contendo óleo de cozinha. Questionamos o que fazem, Rute respondeu que quando o óleo está em boas condições ela aproveita, mas quando apresenta estar saturado coloca fora.

O casal ainda separa o que é considerado sucata, levando de dois a três meses para juntarem o acumulado de aproximadamente R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais). Não trabalham com papelão, mas, quando encontram, repassam para uma vizinha que também coleta material.

O casal é preocupado com a organização do lugar, para deixar limpo, considerando que este pequeno pedaço de terreno é de outra vizinha.

No meio da observação, chegaram três rapazes que trocaram algumas palavras com o casal, os três pegaram um pouco de terra preta e carregaram na carroça. Um dos rapazes ficou para auxiliar Marcos, posteriormente, na difícil tarefa de separar cobre da fiação que encontram nos materiais coletados, sendo este um trabalho minucioso.

Observamos que Marcos pegou o pedaço de um ventilador (apenas as hélices) para adaptar em um pedaço de outro ventilador, segundo figura 14.

Figura 14 - Hélice de um ventilador que será reutilizada pelo casal coletor



Fonte: Elaborado pela autora.

Em outras ocasiões, Rute afirmou que já separou para uso próprio e de sua família: jarra de suco, roupas, panelas, ferramentas, copo de liquidificador. Além de outros materiais como: janela, porta, geladeira, televisão. Observamos que Rute e Marcos ressignificam muito dos materiais que coletam, aproveitando-os para si. Marcos coloca no brick para vender alguns materiais, isto quando a família não tem para uso próprio. Segundo Rute coletar:

Significa bastante assim, roupa que vem, muitas vezes é aproveitado prá gente, ou eu passo prá parente. Algumas que vem, eu vejo que é nova e que não me serviu, eu vendo. E uma coisa assim, veio um liquidificador bom e eu não tenho, eu passo prá mim, ou eu passo prá um parente. É bem utilizado, é bem útil. Muitas coisas que vem é bem aproveitado prá gente mesmo. [...] É uma grande ajuda né, pros dois lados, tanto prá gente vender como prá gente usar prá dentro de casa mesmo. As vezes é um brinquedo que é usado prá uma criança, ai não precisa comprar, já não tem dinheiro prá comprar. (sic)

Segundo Rute, a família não conseguiria manter-se somente com a coleta e venda de materiais. Conseguem se sustentar, pois têm o brick, e Marcos consegue trabalhar de biscate em outras atividades.

Depender só daquilo ali, não tem como. Vamos dizer assim, eu vou depender daquele serviço só prá mim comer, aí não tem como. Porque as vezes tem semana que chove e tem que comer, chovendo ou não. É muito

difícil. É um serviço pra mim ajudar ele, porque eu não gosto de me ver parada, eu ajudo ele. Passa necessidade. É um serviço a mais, mas se for depender dele pra tudo, não tem como. Porque a gente paga nossas continhas pra dentro de casa, aí vem falta de luz, gás pra pagar, aí não tem como depender daquele serviço ali pra tudo. (sic)

No final da observação, conversamos sobre a importância de haver um eco ponto na comunidade para que os trabalhadores com carroça possam depositar o material não mais desejado. Ficou clara a necessidade deste órgão no local observado.

Segundo Rute “[...] o CRAS também poderia incentivar o governo de fazer um eco ponto ali pra gente largar as sujeiras, ai ficava mais fácil pras pessoas que trabalham de carroça. As pessoas precisam da reciclagem e daquela limpeza que eles fazem pras pessoas também. Isso aí ajudaria muito” (sic). Esta seria uma das alternativas em que o CRAS poderia auxiliar as pessoas que trabalham com a coleta de material, para viabilizar um eco ponto nas proximidades de sua casa. Ainda ressaltou que “[...] muitas vezes, não é só os carroceiros, tem gente das casas que largam até cachorro morto. É horrível, tem dias que não dá pra aguentar, porque não tem como passar. Ai fica discriminado os carroceiros”. (sic).

No município de Gravataí, atualmente, existem dois eco pontos, que são espaços destinados para acomodação de resíduos que não têm mais utilização para algumas pessoas, como galhos, madeiras, vidros, entulhos, latas, pneus, entre outros que são descartados em locais irregulares.

Estes estão localizados no Bairro Morada do Vale I e no Bairro Princesa Isabel. Segundo dados da Prefeitura Municipal, especificamente a Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSU), para o primeiro semestre do ano de 2015 serão implantados mais três eco pontos, nas localidades da Avenida Anita Garibaldi, na Estrada Morro do Coco e no Bairro Parque dos Eucaliptos, ainda sem locais especificamente definidos.

Segundo informações do Secretário da SMSU, estes locais têm como objetivo instituir um local específico onde possam ser depositados tais resíduos, por parte dos carroceiros e caminhoneiros. Ainda afirmou que a Prefeitura tem como meta chegar a seis ecos pontos.

Conforme a secretaria, ao todo, são recolhidos mensalmente 6 mil metros cúbicos deste tipo de material espalhados pela cidade, o que representa 600 viagens de um caminhão lotado, mas somente 800 metros cúbicos vêm

dos locais destinados de descarte regular, o equivalente a 80 viagens. (GRAVATAÍ-RS, 2014).

Foi ressaltado pelo Secretário que deve haver uma importância para educação ambiental e na concepção de uma nova forma de consciência coletiva, da qualidade de vida e dos gastos públicos municipais que afetam diretamente a vida da população.

Rute não identificou relação entre o CRAS e sua profissão, nem mesmo acredita que há valorização por parte da esfera pública para com os coletores. A única alternativa foi o incentivo que o CRAS possa fazer para viabilizar a construção de um eco ponto, o que está sendo trabalhado pela SMSU.

As experiências até então trazidas ao longo deste capítulo apresentam relações entre si, principalmente em diversas falas ditas pelas pesquisadas no decorrer das entrevistas, as quais serão trabalhadas na sequência.

Quadro 4 – Comparativo

ENTREVISTADA	COMO COMEÇOU A COLETAR	HÁ QUANTO TEMPO COLETA	MOTIVO QUE A LEVOU A COLETAR	SUPRE AS NECESSIDADES DA FAMÍLIA COM O TRABALHO
CARMEM	Forma precária	12 anos	Necessidade familiar	Sim
DIONE	Carretinha	06 anos	Necessidade familiar	Não
LEOPOLDINA	Sacola	05 anos	Dificuldade de encontrar trabalho	Não
M ^a ELOÍSA	Carrinho de mão	10 anos	Necessidade familiar	Sim
RUTE	Carroça	10 anos	Necessidade familiar e gosto pela profissão	Não

Fonte: Elaborado pela autora.

Todas iniciaram suas atividades entre 05 a 12 anos atrás e, de forma precária, buscavam por melhores condições de vida a fim de suprir com as necessidades básicas de suas famílias.

Duas consideram que conseguem manter sua família com a renda da coleta, sendo uma destas pertencente ao Movimento Nacional dos Catadores e a outra coletora que mantém os filhos sozinha, sem ajuda de outros. Mas as demais

conseguem identificar que a garantia de renda não é efetivada pela PNAS, mesmo havendo a ressignificação do material que coletam.

Considerando que residem em bairros próximos, ao final da análise é possível percebermos que as coletoras percorrem pelos mesmos bairros, devido à facilidade de acesso a estes.

O que diferencia são os horários diversos que as mesmas coletam, o que variam conforme a disponibilidade e condição de saúde de cada uma delas. Algumas não têm horário para começar a coletar, já outras variam entre as 3h30 da manhã até o início de tarde.

Ao longo da leitura do livro de Achutti (1997), identificamos semelhanças com a pesquisa realizada com as coletoras em Gravataí/RS. Alguns relatos das entrevistas do autor (1997) demonstram a mesma opinião das mulheres, como trabalhar de forma mais livre, por exemplo, sem a cobrança de patrão, podendo elas trabalhar a sua maneira.

Quadro 5 – Qual é o Significado do Material Coletado

ENTREVISTADA	QUAL É O SIGNIFICADO DO MATERIAL COLETADO
CARMEM	“O pão de cada dia, o trabalho” (sic)
DIONE	“Trabalho” (sic)
LEOPOLDINA	“O meu trabalho” (sic)
MARIA ELOÍSA	“Um serviço” (sic)
RUTE	“Grande ajuda” (sic)

Fonte: elaborado pela autora.

Identificamos que o significado que o material coletado representa para estas mulheres nada mais é do que uma condição residual, ou seja, a articulação das famílias coletoras de materiais com a política de assistência social perpassa por esta condição residual das coletoras em que a política não alcança propriamente a vulnerabilidade social, nem mesmo a precariedade do trabalho pela qual estas trabalhadoras vivenciam, logo ressaltamos que as políticas públicas só se detêm no destino dos objetos e não dos usos, nem mesmo nas biografias constituídas a partir da ressignificação do material.

Tais usos estão relacionados com as trajetórias de vida de cada uma das coletoras, os quais compõe o espaço de cada uma. Desta forma identificamos que não somente a obtenção da renda insatisfatória é vista pela política, ou seja, a sobrevivência, mas também a atividade realizada por elas não tem valor concreto nem mesmo simbólico. Tal atividade não é valorizada ainda como deveria pelos órgãos públicos, é preciso que suas trajetórias de vida também sejam valorizadas, humanizando ainda mais seu trabalho.

E neste sentido perguntamos como se dá a construção de novas possibilidades entre a política de assistência social e novas interações entre os sujeitos? Temos como uma possível alternativa a construção de redes.

4 ARRANJOS CONCLUSIVOS

Abordaremos considerações sobre o que foi apresentado até então, bem como um panorama sobre a América Latina. Ressaltamos que mesmo já discutido o conceito de vulnerabilidade a partir de Silva (2007), faz-se necessário adensar no cenário latino-americano sobre esse conceito.

4.1 América Latina: vulnerabilidades, desafios e possibilidades

Na trajetória que viemos construindo até aqui, sobre o cenário de vulnerabilidade pelo qual as coletoras de materiais vivenciam, faz-se importante destacarmos algumas abordagens a respeito do conceito de vulnerabilidade a partir dos estudos de Filgueira e Peri (2004).

A análise dos condicionantes da vulnerabilidade social tem se modificado nas últimas décadas. Há alguns anos recentes o conceito de vulnerabilidade adquiriu novas interpretações, atribuições e significados diferentes quando vinculado ao conceito de pobreza. O interesse maior está em descobrir os caminhos que levam ao empobrecimento da população, se trata basicamente da dinâmica que avalia as condições e os fatores de risco que podem conduzir a uma condição de pobreza. Assim, “La vulnerabilidad social ha sido definida como la escasa capacidad de respuesta individual o grupal ante riesgos y contingencia y también como la predisposición a la nivel de bienestar, derivada de una configuración de atributos negativa lograr retornos materiales y simbólicos.” (FILGUEIRA; PERI, 2004, p. 21).

No entanto, os autores são enfáticos em afirmar que os estudos sobre vulnerabilidade social têm reproduzido um princípio passivo de compreensão da pobreza. Contrária a essa reprodução, os autores apresentam a concepção de ativo vulnerabilidade, vinculado a questões como a renda da população latino-americana.

Em meio ao debate sobre economia e pobreza os autores ainda destacam que a evolução da dinâmica econômica faz parte da história, assim é possível compreender as complexas relações entre o desenvolvimento econômico, a desigualdade e a pobreza.

A América Latina é composta pelos países mais desiguais do mundo, Filgueira e Peri (2004, p. 10) afirmam que “La persistencia de la desigualdad se manifiesta en patrones de distribución del ingreso que no han podido ser removidos

a pesar de las profundas transformaciones económicas y productivas del siglo pasado”. Ou seja, mesmo com mudanças econômicas e de produção, o século passado deixou resquícios de desigualdades de renda, gerando sociedades latino-americanas desiguais.

Os autores (2004) enfatizam a relação de fatores sociodemográficos, aproximando um tema central do estudo à família e sua dinâmica, sua organização familiar, bem como aspectos relacionados a sua estabilidade. Em seus fundamentos, o ativo vulnerabilidade contribui em dois sentidos: um para construção de um paradigma que orienta a investigação e a construção de conhecimentos sobre um conjunto de evidências que se encontram relacionado entre si; outro para auxiliarem na construção do sentido de identificação de prováveis situações, grupos e categorias de risco que demandam uma atenção especial por parte da política social e dos sistemas de proteção. (FILGUEIRA; PERI, 2004).

Filgueira e Peri (2004) abordam que o estudo da família tem grande importância no debate sobre América Latina, seja mais do que trabalhar apenas com fatores familiares e suas relações entre população e sociedade. A família tornou-se novamente o objeto de estudo central, pois significa uma mudança radical de perspectiva sobre como explicar os comportamentos individuais.

Com as sequências de transições que os países perpassam no seu desenvolvimento, o crescimento econômico sobre a pobreza e o efeito da distribuição de renda na população são fatores importantes de serem analisados, o que altera a capacidade das famílias pobres de ingressar em determinado nível de consumo. Ainda há outros estudos que afirmam que nos países em desenvolvimento as famílias mais numerosas são as que têm maior índice de pobreza, e esta incidência é maior quando se considera o tamanho da família, segundo o número de crianças. “Las evidencias sobre el efecto conversión muestran que las familias muy numerosas y de bajos ingresos invierten menos recursos y disponen de menos tiempo para asegurar a sus hijos niveles satisfactorios en materia de educación, salud y nutrición.” (FILGUEIRA; PERI, 2004, p. 35).

Os autores Filgueira e Peri (2004), trazem que as fragilidades encontradas ao longo das transições sociodemográfica estão vinculadas à política social, que deposita nas famílias novas demandas de proteção, como, por exemplo, demandas que envolvem a política de saúde e desemprego. As mudanças na família podem gerar um novo tipo de transição de capital cultural para as novas gerações.

Experiências de países europeus demonstram que as políticas sociais, através dos serviços sociais quando investidos de fato, resultam em ações positivas para população.

A redução da pobreza deve ser vista com lentes de que as sociedades latino-americanas precisam redefinir as estratégias para superar as lacunas dos setores sociais e encontrar suas formas de proteção social, tornando-se mais eficientes. A experiência latino-americana mostra que os efeitos do crescimento econômico sobre os segmentos sociais pobres não são automáticos, nem sequer parecem necessários. A reorientação da cobertura social requer uma preocupação político social para que esse crescimento se traduza na redução da desigualdade, tal como afirma o documento sobre desigualdade na América Latina do Banco Mundial (FILGUEIRA; PERI, 2004).

A política social atual deve incluir novas configurações de fatores sociais e demográficos associados às transições sociodemográficas dos países da América Latina, e entre estes fatores devem considerar os mecanismos que envolvem as categorias de vulnerabilidade social definidas pelas: faixas etárias (infância, juventude e terceira idade); mães adolescentes; família; e pela atenção com a população pobre em que se localizam os maiores comportamentos de risco sociodemográficos.

Essa concepção de ativo vulnerabilidade é que buscamos desenvolver na análise da resignificação do material que as coletoras operam. Supomos que o princípio cognitivo que as coletoras operam nesse processo de resignificação do material pode ser entendido e incrementado como estratégia de inteligibilidade de seus modos de atuação na sociedade. Essa estratégia também possibilita aos profissionais das políticas sociais reverem suas diretrizes de atuação no cotidiano do trabalho.

4.2 As Redes e os Atores Sociais: usos individuais e coletivos e as coletoras de materiais

Ao dialogar sobre as coletoras de materiais, identificamos como algo importante debater sobre redes e os atores sociais que perpassam por este caminho.

A primeira rede a se formar é a família. Assim destacado por Martins (2006), este termo sofreu algumas mudanças nas últimas décadas, abrindo novas configurações sobre o significado simbólico e subjetivo da palavra, que está inserida na vida social contemporânea. Segundo Martins (2006, p. 20)

No momento atual há em curso novo aprofundamento dos estudos sobre a 'família' a partir do reconhecimento da relevância desta instituição para se avançar no tema da participação e da democratização da ação pública e, também, de surgimento de novas práticas associativas no plano local.

Nesta perspectiva, Martins (2006) cita os programas da política de saúde que procuram envolver as famílias como corresponsáveis por suas ações, acionando o senso de direitos e obrigações de cada cidadão, seja no plano individual ou coletivo.

Identificamos a importância da família no cenário social como peça fundamental para participação no controle social, com vistas à garantia de melhores condições de vida social, econômica e política. Percebemos, como via de possibilidade de aproximação entre as coletoras e as políticas públicas, a participação social como caminho a ser trilhado constituindo novas redes de ação.

Da mesma forma que Martins (2003) aborda a associação como possibilidade de rede, Martins (2006) também faz este destaque, colocando sua importância enquanto perspectiva de vida pública. Além de destacar as relações entre vizinhança, amigos e parentes, os quais compõe a rede independente de laços de consanguinidade. Identificamos na pesquisa que algumas das coletoras conseguem estabelecer redes de parceria entre vizinhos, ao doarem material que não queiram, bem como com outras pessoas em estabelecimentos comerciais onde coletam material para venda.

Martins (2006) aborda inclusive a formação de rede entre população, usuários de saúde e servidores públicos, os quais constituem uma rede, neste caso, um grupo de pessoas que sofrem de hipertensão e diabete.

Contudo, podemos ter este como exemplo de novas possibilidades nas quais a política de assistência social pode encontrar, juntamente com as coletoras, uma forma de organização de atores sociais ativos dentro de determinado segmento social, em busca de melhorias e possíveis soluções para alguns problemas mencionados pelas trabalhadoras através de suas vivências.

A partir de Martins (2006), as políticas públicas devem adotar “[...] uma nova perspectiva teórica pela qual o usuário não seja visto apenas como ‘público-alvo’

mas como coautor da ação pública, como 'sujeito-alvo'." (2006, p. 37). É necessário haver uma compreensão da passagem do usuário passivo para um usuário ativo e político, tal visão deve-se principalmente a partir das lentes dos poderes públicos. Assim, identificamos outra possibilidade de melhoria entre as políticas e as pessoas que usufruem das mesmas, através desta transformação pacífica para ação ativa. Logo, acreditamos que as coletoras possam participar de tais espaços, conforme citado por Souza (2006) como os conselhos comunitários, que são mecanismos importantes de articulação. Enfatizamos que tais conselhos compõe a rede, seja local ou regional.

Segundo Melucci (1994, apud MARTINS, 2008), as redes são pequenos grupos inseridos na vida cotidiana da sociedade, onde os sujeitos, a partir de suas experiências, colaboram para as formas de aprimoramento das redes sociais. Com isso, consideramos que a ressignificação se amplia com as redes no universo das coletoras e que pode fazer uma política social melhor.

Em meio ao debate das redes, vale ressaltarmos que, dentro do movimento destas, estão explícitos alguns usos individuais e coletivos. Podemos citar Durkheim (1889, apud MARTINS, 2008) ao referenciar que a existência de uma totalidade está implicada inicialmente a uma unidade individual, e que conseqüentemente é possível chegar a unidades coletivas.

Identificamos que tais unidades coletivas possam ser representadas por movimentos organizados pelos sujeitos, neste caso, pelas coletoras, a fim de aproximação com as políticas públicas, principalmente a social, bem como o reconhecimento de suas vivências.

Marcel Mauss e Norberto Elias (apud, MARTINS, 2008, p. 39) afirmam que "[...] as pessoas individualmente 'fazem coisas', mas o fazem não dentro de uma liberdade total; ao contrário, elas o fazem nos limites das estruturas sociais e das transformações históricas concretas."

Para Jacques Godbout (2004, apud MARTINS, 2008) as redes se referem a processos de regulação que se dirigem a um conjunto de determinados membros, neste sentido analisamos que este conjunto corresponde ao coletivo dos indivíduos, que somados buscam alternativas a determinadas situações apresentadas na sociedade.

Como rede de ação coletiva Martins (2003, p. 55) cita diversas, tais como a "[...] economia solidária, economia popular, economia cidadã, economia comunitária,

[...]” sendo estes espaços algumas vezes relacionados a projetos sociais de desenvolvimento local vinculados às políticas públicas, estando na perspectiva contrária da exclusão social e do desemprego. Assim, estas ações coletivas movidas pelas redes estão embasadas na solidariedade e ajuda mútua, sendo gerenciado pela autogestão e participação plena dos envolvidos, trabalho realizado de forma inversa ao mercado capitalista.

E por falarmos em rede, a primeira associação de coletores que surgiu na Região Metropolitana de Porto Alegre/RS e no Rio Grande do Sul foi a chamada Associação de Catadores de Materiais de Porto Alegre, localizada na Ilha Grande dos Marinheiros, no ano de 1986, servindo como modelo para construção de outras associações, cooperativas e galpões de reciclagem, inclusive a criação de um grupo de trabalho. A mesma teve apoio da Igreja Católica para sua constituição. Anos depois, a participação do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) foi importante para novas conquistas na área. (MARTINS, 2003).

Como forma de rede devidamente articulada, segundo dados de Martins (2003), no ano de 1998, houve o surgimento da Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS) em Porto Alegre, com o objetivo de construção de movimento de luta pelos direitos sociais, econômicos e políticos dos catadores. A FARRGS busca proporcionar cursos e treinamentos para os coletores de materiais associados que estão organizados no Estado do Rio Grande do Sul.

Segundo Martins (2003), o trabalho em grupo também tem suas desvantagens, muitas vezes as pessoas não conseguem lidar com situações que acontecem no cotidiano do trabalho, ocasionando um clima de insatisfação e descontentamento entre colegas.

O Estado também faz parte da rede, através de questões organizacionais e políticas que mantêm a eficiência estatal, chamada de governabilidade, bem como por questões voltadas à capacidade de governar, chamada de governança, que envolvem outras redes sociais como, por exemplo, as associações (MARTINS, 2003). Neste sentido Rojo (1998, apud MARTINS, 2003, p.131) afirma que “[...] a participação política e a governabilidade democrática estão indissolúvelmente vinculadas no que diz respeito aos sentimentos de implicação ou de pertinência dos cidadãos em relação ao sistema político.”

Mas há limites institucionais pelos quais as redes perpassam, como interesses opostos a determinadas forças políticas, o que repercute na dificuldade

de efetivação de políticas públicas, principalmente em nível local. O município de Porto Alegre promove congressos direcionados ao gerenciamento de resíduos sólidos, chamado de Congresso da Cidade, havendo propostas de melhorias, bem como avaliação e monitoramento de tais ações, sendo o DMLU um dos principais atores envolvidos para concretizar este e outros processos. (MARTINS, 2003).

No ano de 1998, em nível federal, houve a criação do Fórum Lixo e Cidadania que conseqüentemente se espalhou pelo Brasil, tendo como foco principal de articulação a pauta dos resíduos sólidos e as questões ambientais, que se constituiu também em Fóruns Estaduais e Municipais. Formado por vários representantes provenientes de organizações como técnicos e pesquisadores de órgãos públicos, membros de organizações não governamentais, de universidades, bem como representantes de associações de coletores. No estado do Rio Grande do Sul, o Fórum surgiu em 2001, e na capital gaúcha surgiu em 2002, na mesma composição que o federal. (ABREU, 2001, apud MARTINS, 2003).

Igualmente ocorre em Porto Alegre, conforme mencionado por Martins (2003), os coletores de material falam diretamente com responsáveis por condomínios residenciais, estabelecendo acordos informais para coleta diretamente dentro destes espaços, aumentando assim a carga de material coletado, bem como se dá a articulação da rede.

Segundo Martins (2003), o que os coletores devem reivindicar não devem ser cestas básicas, mas sim o material para que possam trabalhar, contando com condições mínimas para o desenvolvimento desta atividade laborativa.

As políticas sociais, principalmente a assistência social ainda está enraizada em ações assistencialistas, conforme abordado por Demo e Pastorini anteriormente nesta dissertação. Tal situação se dá, pois foi trazido por uma das entrevistadas, que recebe ajuda financeira do município, além de todas receberem o benefício do Bolsa Família. Ainda precisamos avançar não apenas nas condições residuais, mas também nos usos individuais e coletivos formados e articulados em redes de sujeitos.

Entendemos que a política social deve compreender as vivências das coletoras como construção de ativos sobre a resignificação do material, tanto para uso de si como para uso do outro, encontrado nas redes, na vida social e nas ações de solidariedade entre as pessoas. Mas perguntamos: Qual a dificuldade da política de se inserir nesta lógica de pensamento? Identificamos que não é próprio das

políticas sociais se deterem nos princípios cognitivos das coletoras como, por exemplo, em suas casas, na sua economia ou mesmo no seu tempo, e sim nas suas atividades, afinal, as coletoras se referem a um caráter assistencial e compensatório da política social.

REFERÊNCIAS

ACHUTTI, Luiz Eduardo Robinson. **Fotoetnografia**: um estudo de antropologia visual sobre cotidiano, lixo e trabalho. Porto Alegre: Tomo Editorial, 1997.

AMOSSY, Ruth. **Imagens de si no discurso**: a construção do ethos. São Paulo: Contexto, 2005.

ANGROSINO, Michael. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009. (Coleção Pesquisa Qualitativa).

ARENHART, Amabilia Beatriz Portela. Dissertação de mestrado: **Colcha de retalhos**: A costura de projetos de vida no coletivo da Ecos do Verde. (UNISINOS, 2006).

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Estado federativo e políticas sociais**: determinantes da descentralização. Rio de Janeiro: Revan; São Paulo: FAPESP, 2000.

BAUER, Martin; GASKELL, George. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis: Vozes, 2008.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Preparar e negociar uma entrevista etnográfica. In: BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 118-150.

BEAUD, Stéphane; WEBER, Florence. Conduzir uma entrevista. In: BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007, p. 151-189.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas sobre o PAIF. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, 2012a. v. 1.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. Sistema Único de Assistência Social. Orientações técnicas sobre o PAIF. **O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. 1. ed. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, MDS, 2012b. v. 2.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2010a.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Política Nacional de Resíduos Sólidos**. Brasília, DF: MMA, 2010b.

BUSATO, Maria Assunta; FERRAZ, Lucimare; GOMES, Mara Helena de Andrea. O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental. **Cad. EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 763-768, set. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300017&lang=pt> Acesso em: 17 maio 2013.

CAETANO, Marina. **Famílias catadoras de materiais recicláveis: uma nova demanda social face às repercussões no mundo do trabalho**. São Leopoldo: UNISINOS, 2009. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel. Curso de Serviço Social Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), São Leopoldo, 2009.

CASTEL, Robert. As transformações da questão social. In: BÓGUS, Lúcia; YAZBEK, M. Carmelita; WANDERLEY, Mariangela B. (Org.) **Desigualdade e a questão social**. São Paulo: Educ, 1997, pp. 160-190.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Coletânea de leis**. Porto Alegre: CRESS/10ª Região, 2009.

CLASSIFICAÇÃO Brasileira de Ocupações. [2014]. Disponível em: <<http://www.mtecbo.gov.br/cbosite/pages/pesquisas/BuscaPorTituloResultado.jsf>>. Acesso em: 22 dez 2014.

DEMO, Pedro. **Introdução à sociologia: complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social**. São Paulo: Atlas, 2002.

DESLAURIERS, Jean-Pierre; KERISIT, Michele. O delineamento de pesquisa qualitativa. In: POUPART, Jean et al. **A Pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. pp. 127-153.

DOUGLAS, Mary. ISHERWOOD, Baron. **O mundo dos bens: para uma antropologia do consumo**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

DUBET, François. As desigualdades multiplicadas. **Rev. Bras. Educ**, Rio de Janeiro, n. 17, maio-ago. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782001000200002&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2013.

FILGUEIRA, Carlos; PERI, Andrés. **América Latina: los rostos de la pobreza y sus causas determinantes**. Santiago de Chile: CEPAL, 2004. (Serie población y desarrollo, n. 54).

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Record, 2001.

GOMES, Francelino de Araújo. **Pesquisa e análise de conteúdo**: mass média. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 1979.

GRAVATÁ-RS. Prefeitura Municipal de Gravataí/RS. [2014?]. Disponível em: <<https://gravatai.atende.net/#!/tipo/noticia/valor/4419>>. Acesso em: 17 dez. 2014.

HARVEY, David **Condição pós-moderna**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. [2014?]. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=430920&searcs=rio-grande-do-sul|gravatai>>. Acesso em: 13 fev. 2014.

INSTITUTO DE PESQUISA E ECONOMICA APLICADA. **Situação social das catadoras e dos catadores de material reciclável e reutilizável**. Brasília: IPEA, 2011.

KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun. **A vida social das coisas**: as mercadorias sob uma nova perspectiva cultural. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense. 2008. pp. 89-121.

KOWARICK, Lúcio. Viver em risco: sobre a vulnerabilidade no Brasil urbano. **Novos Estudos. CEBRAP**, São Paulo, n. 63, jul. 2002. pp. 9-30.

LOPES, José Rogério. Tudo no mesmo lugar: culturas e formações culturais na globalização. In: SOUZA, Cidoval M; SILVA, Luiz C.; COSTA, Antonio R. F. (Org.) **Local x Global**: cultura, mídia e identidade. Porto Alegre: Armazém Digital, 2009. pp. 11-34.

MACHADO, Pedro Henrique Faria. Dissertação submetida à qualificação de mestrado. **Pinheirinho entre a realidade e o sonho**: experiências em uma ocupação urbana na cidade de São José dos Campos - SP. 2013. 138 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Humano) - Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, Universidade de Taubaté, São Paulo/SP, 2013.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. Etnografia como prática e experiência. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, v. 15, n. 32, pp. 129-156, jul./dez. 2009.

MARTINS, Clitia Helena Backx. **Trabalhadores na reciclagem do lixo**: dinâmicas econômicas, sócio-ambientais e políticas na perspectiva do empoderamento. 2003. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2003.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, Paulo Henrique. Ação pública, redes e arranjos familiares. In: FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (Org.) **Redes, práticas associativas e gestão pública**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006, pp.19-50.

MARTINS, Paulo Henrique. As redes sociais, o sistema da dívida e o paradoxo sociológico. In: FONTES, Breno; MARTINS, Paulo Henrique (Org.) **Redes sociais e saúde**: Novas possibilidades teóricas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2008. pp. 21-48.

MEDEIROS, Luiza Ferreira Rezende de; MACÊDO, Kátia Barbosa. Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?. **Psicologia & Sociedade**, Porto Alegre, v. 18, n. 2, pp. 62-71, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200009&lang=pt>. Acesso em: 03 dez. 2014.

NORONHA, Eduardo G. Informal, ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 18, n. 53, pp. 111-129, out. 2003.

OLIVEIRA, Cristiano Benites. **A dimensão instituinte da questão social da reciclagem**. Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, São Leopoldo, 2014.

PASTORINI, Alejandra. Quem mexe os fios das políticas sociais? Avanços e limites da categoria “concessão-conquista”. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 53, pp. 80-101, 1997.

PASTORINI, Alejandra. **A categoria “questão social” em debate**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Coleção questões da nossa época, v. 17).

POCHMANN, Marcio. **O trabalho sob o fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Esse obscuro objeto da pesquisa**: um manual de método, técnicas e teses em Antropologia. Ilha de Santa Catarina, 2013.

SILVA, Algéria Varela da. **Vulnerabilidade social e suas consequências**: o contexto educacional da juventude na região metropolitana de natal. 13º Encontro de Ciências Sociais do Norte Nordeste. Maceió: UFAL, 2007.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, pp. 20-45.

TIPIFICAÇÃO Nacional de Serviços Socioassistenciais: texto da resolução nº109, de 11 de novembro de 2009.

VELLOSO, Marta Pimenta. **Criatividade e resíduos resultantes da atividade humana**: da produção do lixo à nomeação do resto. 2004. 172 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) - Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública/Fiocruz – RJ, Rio de Janeiro, 2004.

VELLOSO, Marta Pimenta. Da Produção do lixo à transformação do resto. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 4, pp. 2229-2240, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400037&lang=pt>. Acesso em: 17 maio 2013.

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM QUESTÕES ABERTAS

Eixo 1
Categoria principal: Identificação
Unidade de análise (enunciados):
a) Qual sua idade?
b) Qual seu escolaridade?
c) Qual sua profissão?
d) Qual seu bairro?
e) Qual sua composição familiar e idade dos membros?
f) Quais os membros de sua família que estudam?
g) Quais os membros de sua família que trabalham?

Eixo 2
Categoria principal: Ressignificação do material
Unidade de análise (enunciados):
a) Quando começou a coletar material?
b) Qual motivo lhe levou a coletar material?
c) Como começou a coletar material?
d) Para Senhora o que significa o material que coletas?
e) Onde coletas o material?
f) Qual meio/forma que utilizas para coletar?
g) Tens algum ponto específico de coleta?
h) Há algum percurso já estabelecido para coletares o material?
i) Qual horário que coletas o material?
j) Executas a coleta específica de algum material?
k) O que fazes com o material coletado?
l) Descartas algum material após a coleta?
m) Levas algum material para sua casa?
n) Consegues suprir as necessidades básicas de sua família com seu trabalho? Se sim, qual a procedência da manutenção familiar? Se não, o que fazes?

Eixo 3
Categoria principal: Política Social
Unidade de análise (enunciados):
a) Identificas alguma relação do atendimento do CRAS com a sua profissão?
b) Recebes algum tipo de benefício do CRAS?
c) Identificas que sua profissão é valorizada pelo CRAS?
d) Identificas alguma possibilidade de melhoria na sua profissão que o CRAS pode executar?

ANEXO B – AUTORIZAÇÃO PARA PESQUISA

Eu _____
(RG _____) concordo em participar da pesquisa a ser realizada pela aluna Marina Caetano do curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais, nível de mestrado, pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS, especificamente na linha de pesquisa Atores Sociais, Políticas Públicas e Cidadania, a qual tem o seguinte tema: **COLETORAS DE MATERIAIS**: Uma nova perspectiva de renda a partir da ressignificação do material.

Estou ciente de que as informações e imagens por mim prestadas são para fins acadêmicos visando o aprimoramento de estudos sociais.

Assinatura

Gravataí, ____ de _____ de 2014.

ANEXO C – QUADROS DE ARTIGOS CIENTÍFICOS

<p style="text-align: center;">Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes</p>	
Palavra-chave Scielo	LIXO
Nome do Artigo	Há vida após a morte: um (re) pensar estratégico para o fim da vida das embalagens
Palavras-chave	Reciclagem; ciclo de vida de embalagens; embalagem pet; logística reversa, gestão ambiental.
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > proposta do artigo: discussão entre a logística reversa e o ciclo das embalagens > análise de caso: embalagem pet > políticas públicas e grupos de ambientalista tem debatido constantemente o tema: A EMBALAGEM "REPRESENTA A FILOSOFIA AMBIENTAL DA EMPRESA" > ciclo das embalagens (concepção e produção / consumo e pós-consumo) > "Quando acontece um novo uso para a embalagem após o consumo, as autoras denominam refunção. Ou seja, a embalagem é reciclada voltando ao ciclo produtivo ou reutilizada para outra finalidade." (p. 3); > empresas que no futuro gerenciarem seus produtos, serão mais bem sucedidas, por estarem gerando valor econômico e ambiental
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-530X2006000300009&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	LIXO
Nome do Artigo	Da produção do lixo à transformação do resto
Palavras-chave	Educação ambiental; Catadores de materiais recicláveis; Criatividade e arte; Emancipação social;
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > proposta do artigo: relação entre catador e artista plástico; > atores da pesquisa: catadores e artistas plásticos; > os catadores restituem a dignidade dos objetos desprezados, já os artistas restituem a subjetividade dos objetos desprezados, nomeando socialmente como arte; > palavras que chamam atenção e tem relação: DESIGUALDADE SOCIAL e DIVERSIDADE CULTURAL; > o ato de criar consiste em renovar a tensão psíquica; > "A relação entre cidadania e subjetividade é bem complexa, envolvendo profunda reflexão sobre a responsabilidade e a singularidade." (p. 3); > novos movimentos sociais devem permanecer defendendo seus interesses, lutando contra o mercado. Os movimentos representam a afirmação da subjetividade da cidadania; > "O processo de criação do sujeito está vinculado ao seu desenvolvimento emocional (...)" (p. 4); > "A criação de uma outra realidade poderá vir à luz, através da manifestação dos sentimentos e das emoções de sujeitos. Assim, a realidade interna de sujeitos, interagindo com a realidade externa, pode contribuir para o processo de emancipação de pequenos grupos, comunidades ou sociedades." (p. 5);

	<ul style="list-style-type: none">> a autora percorre muito pela subjetividade dos sujeitos, no potencial que cada um deles pode criar a partir da imaginação;> contaminação em um ferro velho = morte de algumas pessoas;> o artista Krajcberg utiliza de restos da natureza para fazer sua arte;> em BH há uma associação de catadores que tem 'oficinas de arte a partir do lixo';> OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE do pesquisador no local;> ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS a partir de duas categorias;> "As assistentes sociais vão até os lixões e instruem os catadores, visando à melhoria das suas condições de vida e trabalho." (p. 9);> há artistas na associação, os quais restauram móveis e papel reciclado, por exemplo;> a associação promove trabalho, educação (escolas de educação infantil e oficinas) e cultura (Bar Reciclo);> "Trabalhar usando o material reciclável é trabalhar a autoestima do próprio catador", diz a artista plástica Águida Zanon.
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000400037&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	LIXO
Nome do Artigo	Os significados do lixo para garis e catadores de Fortaleza (CE, Brasil)
Palavras-chave	Lixo, Saúde do trabalhador
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > recursos sólidos são problemas para saúde; > mercado cria estratégias de venda para população, tornando desnecessárias mercadorias; > OBJETIVO DA PESQUISA: promover uma discussão sobre os significados do lixo, a partir da visão de um grupo de garis e de catadores residentes em Fortaleza/CE; > METODOLOGIA: visitas in loco, utilização de gravadores; > ESTUDO QUALITATIVO; > SUJEITOS DA PESQUISA: garis, integrantes da associação de catadores e os trabalhadores da usina de triagem de materiais recicláveis; > SIGNIFICADOS DO LIXO em duas categorias básicas: o lixo como sinônimo de perigo e o lixo como sustento.
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232011000900008&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	LIXO
Nome do Artigo	Educação e participação dos atores sociais no desenvolvimento de modelo de gestão do lixo em zona rural em Minas Gerais
Palavras-chave	Educação, Gestão ambiental, Lixo.
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > desenvolvimento de um MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA DO LIXO; > interessante: " (...) todo o lixo coletado, a maior parte vai para os lixões, embora haja variações significativas por região. No nordeste, cerca de 90% tem esse destino; no norte, quase 70%; no sudeste, pouco mais de um quarto do total e, no sul, cerca de 40%." (p. 2) > PERSPECTIVA DE UM TRATAMENTO CULTURAL ADEQUADO AO LIXO e a educação pode cooperar para mudança nos modos de gestão dos resíduos sólidos (EDUCAÇÃO AMBIENTAL); > mapeamento da região; > o lixo foi debatido pelos alunos a partir de DIFERENTES SIGNIFICADOS; > a partir da educação ambiental surge propostas para mudanças na política ambiental; > política partidária atrapalha o melhor desenvolvimento da gestão dos resíduos sólidos.
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302001000100013&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	LIXO
Nome do Artigo	Controle dos resíduos sólidos com envolvimento de população de baixa renda
Palavras-chave	Psicologia social; Participação comunitária; Disposição de resíduos sólidos
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > comportamento humano; > coleta seletiva domiciliar; > a classe de comportamento humano chamou atenção deste pesquisador > o estudo mostrou que o planejamento e a implantação de novas condições MODIFICOU O COMPORTAMENTO HUMANO, individual e coletivo, bem como MODIFICOU O OLHAR - MODO PARA COM O LIXO; > Lixo passou a ter caráter econômico; <p>"Além da questão da continuidade do trabalho, outro ponto que parece importante abordar é que ele poderia ter sido significativamente mais abrangente e menos árduo caso tivesse sido possível contar com esforços de profissionais do Serviço Social, da Saúde Pública e do Urbanismo, entre outros." (p. 8)</p> <p>"Mesmo contando com a possibilidade de um trabalho interdisciplinar, no entanto, parece ser indispensável o estabelecimento de uma política governamental consistentemente voltada para a melhoria das condições ambientais e de vida, especialmente às populações de baixa-renda." (p.8)</p>
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101990000500008&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	LIXO / SIGNIFICADO DO LIXO
Nome do Artigo	Segregação socioespacial, constituição do sujeito e significação do cotidiano
Palavras-chave	Segregação socioespacial; constituição do sujeito; significação; cotidiano.
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > inferno dos vivos: é uma representação poética; > a degradação ambiental: ambiente em que pessoas vivem; > ambiente: CIDADE; > a degradação da cidade referencia-se a modelos políticos fracassados que não tem o humano como condição central; > homem enquanto dimensão de vida pública e vida privada; > "O trabalho com o lixo possui diferentes significações, conforme esteja o sujeito atuando no processo produtivo da reciclagem e/ou nas formas de organização da vida comunitária." (p. 6); > processo de exclusão do catador na cidade; > alguns encontros entre os catadores potencializam a RESSIGNIFICAÇÃO DA PRESENÇA DO OUTRO no mesmo meio social; > as identidades dos sujeitos não são vistas apenas através das lentes da reciclagem enquanto trabalhadores, mas também um sujeito na cidade que ocupa outras identidades;
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000100009&lang=pt

<p style="text-align: center;">Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes</p>	
Palavra-chave Scielo	Indicação do professor
Nome do Artigo	Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade
Palavras-chave	XXX
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > grupos desprivilegiados tem sido estudados com frequência nas ciências sociais brasileira; > falta programa de maior amplitude que identifique a dinâmica das estruturas da desigualdade; > as ações e inações das elites são aspectos centrais de estudos para entender a dinâmica da desigualdade ou mesmo de identificar maneiras de combater a pobreza e reduzir a desigualdade; > estudo histórico de De Swaan olhares diferenciados sobre pobreza entre os países de terceiro mundo e países europeus na época das políticas de <i>welfare state</i>; > as elites percebem que as agendas sociais refletem no problema da democracia no Brasil; > o investimento na educação é visto pelas elites como grande solução da pobreza para o Brasil, sem envolver programas de redistribuição de renda; > o fracasso das políticas sociais segundo as elites está no não cumprimento das funções sociais por parte do Estado; > as elites colocam o problema da pobreza no Estado, transferindo sua responsabilidade; > as elites NÃO VÊM A CLASSE SOCIAL DESFAVORICIDA COMO PARTE DE UMA COLETIVIDADE.
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092000000100010&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	Catadores de material reciclável
Nome do Artigo	Catador de material reciclável: uma profissão para além da sobrevivência?
Palavras-chave	Catador de material reciclável; Precarização das relações de trabalho; Inclusão social.
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > proposta do artigo: a pesquisa objetivou investigar as relações de trabalho entre catadores de materiais recicláveis e organizações de reciclagem dos materiais coletados; > análise de caso: ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS com 10 catadores. ANÁLISE DE CONTEÚDO (que objetiva analisar o conteúdo do discurso); > foi utilizado uma GRAVADOR, as entrevistas foram transcritas na íntegra com autorização por escrito dos entrevistados; > discussão sobre o que é trabalho (Antunes - Marx). Discussão de trabalho enquanto forma assalariada e não assalariada; > precarização do trabalho; > a exclusão se dá apenas a partir da inclusão; > reconhecimento da profissão pela CBO em 2002, que gera a inclusão. E ao mesmo tempo a precariedade do trabalho e falta de direitos gera a exclusão; > alguns catadores tem preconceito pela própria profissão; > seleção de alumínio no meio urbano aumentou, ocasionando desaparecimento do material no lixão;

	"Migueles (2004) correlaciona o significado social do lixo, que é preponderantemente negativo, com os processos de formação da identidade e a motivação dos sujeitos para lidar com essa atividade. A autora conclui que o significado social do lixo influencia no sucesso da gestão das cooperativas, tendo em vista que os catadores-cooperados não investem em seu potencial profissional, pois não se identificam com a profissão que exercem." (p. 8)
Link	http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000200009&lang=pt

Quadro de artigos científicos Scielo Aluna: Marina Caetano Professor Orientador: José Rogério Lopes	
Palavra-chave Scielo	Catadores de material reciclável
Nome do Artigo	O catador de materiais recicláveis: um agente ambiental
Palavras-chave	Agente ambiental; Material reciclável; Trabalho.
Discussões	<ul style="list-style-type: none"> > reciclagem como modelo de desenvolvimento sustentável; > mão de obra barata: mercado de trabalho dos grandes empresários lucrando sobre os catadores; > os catadores são agentes iniciais no processo de comercialização dos materiais e de sustentabilidade ambiental; > autoras utilizam artigo de Medeiros e Macedo; > exclusão = falta de algo/alguma coisa; > inclusão; > "Logo, interpretar o sentido do trabalho para o catador de material reciclado é fundamental para compreender o comportamento desse trabalhador num mundo pós-moderno, 'no qual a dimensão profissional ainda tem papel fundamental para a formação da identidade e para o bem estar das pessoas' " (CAVAZOTTE, LEMOS e VIANA, 2012, apud BUSATO, FERRAZ, GOMES, 2012). (p.3); > baixa autoestima e escolaridade por parte dos catadores. A baixa escolaridade está associada a baixa autoimagem enquanto profissão bem como BAIXA POSIÇÃO SOCIAL; > LIXO DESPREZADO = SEM VALOR DE USO E DE TROCA.
Link	www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-39512012000300017&lang=pt